

# REVISTA MILITAR

Administração — Largo da Anunciada, 9 — Lisboa

N.º 4

Abril de 1916

Ano LXVIII

Director, proprietario e editor — Empreza da *Revista Militar*

Composição e impressão na TIPOGRAFIA UNIVERSAL

pertencente a *Coelho da Cunha Brito & C.ª* — Rua do Diario de Noticias, 110 — Lisboa

## PRÓ PATRIA!

Decorrido pouco mais de um seculo após o tratado de paz, que constituiu o fecho da ultima guerra internacional em que o nosso país se encontrou envolvido<sup>1</sup>, os pactos de aliança, que de longa data mantemos com a Inglaterra, obrigaram-nos novamente a tomar parte na grande colisão, que vae travada no mundo, cujo desenlace ainda se afigura longiquo, e cujos efeitos se sentem cada dia mais agravados, em todas as nações que nela tomam parte, e ainda nas neutrais.

Não surpreendeu esta tormenta a *Revista Militar*, que a presagiu, durante anos, em não curta serie de artigos, com os quais pretendia convencer a opinião e instigar os poderes publicos a prepararem-se convenientemente para fazer face aos perigos, que no horisonte se amontoavam, ameaçando, senão a existencia, pelo menos, os interesses da Patria. Mas o momento não é para retaliações, antes para esquecer todas as divergencias de pensamento e de obras afim de, perante a eminencia dos perigos surgidos, todos sacrificarem interesses e amor proprio, por modo a conseguir na convergencia dos esforços individuais a constituição de um poder de resistência por tal modo energico, que perante ele se detenham e aniquilem todos os ataques possiveis contra a independencia e prosperidade da Nação.

<sup>1</sup> Tem a data de 30 de maio de 1814 o tratado de paz de Paris, que obrigou a França a restituir os territorios estrangeiros, de que ella se havia apossado pela força das armas, desde a proclamação da Republica.

Quem escreve estas linhas sente que tem autoridade moral para tomar parte nessa patriótica propaganda, porque deixou registada em varios documentos, alguns deles de natureza official, a sua divergencia com doutrinas e providencias de ordem militar, que a lição evidente dos factos nos parece estar evidenciando presentemente produzirem os inconvenientes e males, que oportunamente foram presagiados.

As nações fortes e virís não se entibiam, comtudo, com tais contrariedades. Quanto maiores são os perigos surgidos maior é o esforço, que desenvolvem para os vencer. A nossa historia está repleta de lances vitoriosos, nos quais as vantagens do numero e das condições materiais estavam do lado do adversario. Póde até asseverar-se, sem risco de desmentido, que jámais tivemos que ampliar o nosso dominio ou defender a integridade do territorio adquirido senão em condições de inferioridade de numero, quando comparadas com as dos adversarios. Ao facto alude o grande epico, quando escreveu:

Vós, Portugêses poucos, quanto fortes,  
Que o fraco poder vosso não pesaes...

E as condições psicologicas de uma raça não se extinguem pelo facto de não serem convenientemente exercidas durante um lapso maior ou menor de tempo. Arremeçados os povos para o meio, em que aquelas se crearam e desenvolveram, elas revivem com toda a sua peculiar energia por mais adormecidas, que pareçam. E' um facto reconhecido pela psicologia, que as transformações bruscas do character provêm do ressurgimento de uma das numerosas forças psicologicas proprias, que se sobrepõem nos individuos, que constituem cada raça, e revivem, quando estimuladas por fortes circunstancias occasionais.

Este principio científico explica bem o seguinte conceito, que um dos mais eminentes e patriotas escriptores do reino visinho faz dos seus patricios:—«El pueblo español, que com presteza se inflama, escreveu Pérez Galdós em um dos seus volumes da formosa colecção *Episodios nacionales*, com igual presteza se apaga, y si en una hora es fuego assolador que sube al cielo, en otra es ceniza que el viento arrastra y desparrama por el bajo suelo».—A asserção tambem se póde

aplicar ao povo português, o qual, como o espanhol, se creou e desenvolveu no fragôr dos combates. Como elle, tem o nosso momentos equivalentes de desanimo, os quais são fartamente compensados, tambem, por aqueles em que o seu heroísmo dá a nota mais grandiosa, que ao coração humano é licito fazer vibrar. E, sempre que a patria esteve em perigo, nunca o povo português deixou, por isso, de expandir intensamente essa fase ardente do seu sentimentalismo.

E' cedo ainda, talvez, para que a nação compreenda bem toda a intensidade dos perigos em que se póde encontrar envolvida. As multidões são de natureza simplicista, e não sabem deduzir sómente pelo vigôr do raciocinio e pelo exame minucioso e preciso dos factos occorrentes, os acontecimentos vindouros. Só a luz do raio e o eco dos trovões as acorda da indiferença com que ordinariamente observam as tormentas longiquas. No em tanto, quem reflectidamente contempla a violencia, que dia a dia tem tomado o grandioso vulcão surgido, em agosto de 1914, no centro da Europa, quem verifica como as suas larvas alastraram depois pelas regiões terrestres ou maritimas do resto do globo, espalhando por todo este o incendio, a devastação e a morte, consegue sem dificuldade compreender, que ainda não chegou o momento em que se poderá ter como assegurado, que esse correr vertiginoso dos turbilhões de fogo haja encontrado o anteparo invencivel, que limite o campo das suas invasões.

E' com verdadeiro assombro que se tem assistido ao facto da neutralidade haver sido abandonada por potencias, que, de começo, se supunha manteriam aquella situação durante a sequencia da guerra, e nesta ardencia com que as nacionalidades se vão sucessivamente lançando nos diferentes teatros de lucta é licito e prudente prevêr que toda a Europa, quando menos, se encontre amanhã transformada em vastissimo campo de batalha, sem nela se poder avistar um palmo de terra, que possa ser reputado ao abrigo das devastações da guerra. Pela parte que designadamente diz respeito á nossa terra, essa possibilidade não é tão inverosimil, que não haja sido prevista nas columnas desta mesma *Revista*, em artigos cuja sequencia foi interrompida sómente por motivos patrioticos de ocasião.

Estas considerações vieram a pêlo para invocar o alto ci-

vismo da nação, afim de que todos os cidadãos se resignem a sacrificar os seus mais particulares interesses, colocando-se abertamente ao serviço dos poderes publicos, quer com o esforço da mente, quer do braço, robustecendo assim com a palavra e com os actos a Alma Nacional. Se uma cruzada de tal ordem tiver realização segura e pronta. conseguir-se-ha efectuar aquella brilhante aspiração do Padre Antonio Vieira, quando bradava do alto do pulpito português, que ele mais e melhor do que ninguem honrou:

«Homens que em todos os seus conselhos, não dizem, *faremos*, nem *havemos de fazer*, senão  *façamos, façamos: Faciamus lateres; faciamus turrius*; estes homens ainda que intentem o maior impossivel hão de leva-lo ao cabo. Homens que fazem os conselhos, *fazendo*; homens que as suas resoluções são de pedra e cal, e que quando haviam de parecer conselhos, aparecem muralhas; guarde-se o mundo, guarde-se o céu, guardem-se os anjos, e (se é licito dize-lo assim) guarde-se o mesmo Deus de tais homens.»

Busque-se realizar esta nobilissima aspiração. Nos momentos arduos, dizia Napoleão, é que as grandes nações, como os grandes homens, desenvolvem toda a energia do seu character. Somos poucos? Não nos contêmos, e aproximemo-nos bem uns dos outros para não fazer notados os vazios. Carecemos do armamento e demais recursos materiais bastantes para que a ardencia da mente e o esforço do braço possam concorrer de modo a seguramente lograrem o triunfo almejado? Não reflectâmos. A grandeza moral de um povo, que se mostra decidido ao sacrificio do que a receber a imposição da vontade do adversario, quando menos, tem o alto poder energetico de preparar gerações de herois, prontos a novos sacrificios para honrar a Patria. Os filhos dos sacrificados de hoje saberão inspirar-se para o procedimento de amanhã na eloquente inscripção, que se lê no pedestal do formoso monumento de Perseu, erguido na Praça do Grão Duque, em Florença, e devido ao cinzel de Benevenuto Cellini:

*Te, fili, si quis læserit, ulter ero.*

Parodiando a patriótica exclamação, eles dirão a seu turno:

Oh! meu pai, se alguém te ferir, eu te vingarei!

Não são as inclemencias, os trabalhos ou até ás derrotas que abatem as nacionalidades em que reina impávido o patriotismo ardente. Quando Varrus regressou da batalha de Canas, vencido e sem legiões, o senado romano felicitou-o por não ter desesperado da salvação da Republica. Quando Bouffleurs entrou em Paris, depois de ter perdido Lile, o Rei Luiz o Grande confiou-lhe o governo da Flandres. Quando a Espanha se insurrecionou, em 1808, para defender a sua independencia, Palafox foi vencido em Saragoça, mas a Espanha inteira nomeou Palafox duque de Saragoça, exprimindo por tal modo que a derrota heroica é uma honra nacional. Quando o Mestre de Aviz, fortemente apertado nas muralhas de Lisboa pelo invasor, pediu auxilio aos moradores do Porto, estes responderam ao seu commissario Ruy Pereira:—“Dizei ao Mestre que, ainda que não fôra filho conhecido de El-Rei D. Pedro, bastava o nome, que tomou, de *Defensor do Reino* para nos darmos por obrigados a servir-o com fazenda e pessoas.”

São frequentes vezes as desditas a origem do rejuvenecimento das nacionalidades virís, que causas fortuitas enfraqueceram. Conta-se que o marechal de Biron, obrigado pelo Rei a apresentar humildemente os seus titulos de fidalguia, disséra, ao entregar-lhe os seus pergaminhos: *“Voilà ma noblesse”* —, e, logo em seguida, levando a mão aos copos da espada, acrescentára:—*“Mais, Sire, la voici mieux encore”* —. Assim devem tambem responder altivamente as nacionalidades a quem se pretende injuriar, acoimando-as de estarem sujeitas a uma pretendida vassalagem.

Não queremos, nem precisamos, como represalia a tais afrontas, de injuriar ou negar aos adversarios as virtudes e meritos, que de direito lhes pertençam. Fazemos parte de uma raça cavalheirosa, bem diferente da germanica, personificada naquele antigo e valoroso capitão francês que, em uma batalha celebre, convidava gentilmente o inimigo a abrir ele primeiro os fogos de guerra, ou ainda no valoroso e obscuro official da mesma nacionalidade que, sustentando, ainda ha bem poucos dias, os meritos de Wagner, de cuja musica era

admirador, bradava aos seus contraditores:—“Saltarei amanhã das trincheiras e carregarei sobre os alemães, cantando Wagner!”—Na verdade, não é amesquinhando a valia do contendor que se valorizam as ações de guerra ou se destroem os doestos grosseiros e injustos.

A injúria, que nos foi vibrada na nota alemã, não o teria sido, se no coração de quem a mandou ditar o escrupulo da verdade e a gratidão tivessem a devida guarida, e se na sua memoria estivessem gravados, como o deviam estar, os factos do começo do seculo XIX, que correlacionam a historia prusiana e a portugueza.

A 14 de outubro de 1806 havia sido destruido o exercito prusiano em Iéna e Auerstædt, e a 27 entrava Napoleão em Berlin, apoderando-se como triumpho da espada do Grande Frederico. No emtanto, os fugitivos de Iéna entregavam as suas armas, desfalecidos de corpo e de animo, em Greussen, em Templin, em Lübeck, em Stettin e em Magdeburgo. Como já succedera em 1792, as praças fortes de Erfurt, Spandau, Custrin, Czenstochau, etc., entregavam-se sem resistencia, levando Napoleão a escrever a Murat, dizendo-lhe:—“Se a vossa cavalaria assim toma as praças de guerra, ver-me-ei obrigado a licenciar a engenharia e a refundir a minha artilharia de sitio”—<sup>1</sup>.

A' frente dos fugitivos avistava-se o proprio soberano Frederico Guilherme III, que só cobrou alento quando se encontrou em Königsberg, nas extremidades da monarchia. Em menos de um mês a Prussia havia sido aniquilada e ficado á mercê do vencedor, como o asseverou o proprio Napoleão escrevendo, em 11 de novembro de 1806, ao sultão Selim:—“Toda a Prussia é minha”—.

A' generosidade do vencedor deveu exclusivamente a Prussia o não haver desaparecido da carta da Europa, como o confirmou uma autoridade tão insuspeita para os alemães, como o é Henrique Heine. E tão grande era então o desalento geral que, segundo confessa outra auctoridade não menos insuspeita, o General Clausewitz, ele se personificava nas palavras do principe Augusto da Prussia, feito prisioneiro quando Preezlow capitulou, que respondia a quem lhe per-

<sup>1</sup> *Correspondance de Napoléon*, 31 octobre 1806.

guntava, se toda a Guarda fôra aprisionada: — «Ai! meu Deus, oxalá que toda ela tivesse ficado prisioneira e isto terminasse! —»

Na posterior reconstituição material da Prussia não ignoramos a acção grandiosa desenvolvida por esses notaveis estadistas, que se denominaram Stein, Scharnhorst e Gneisenau, como não desconhecemos a importancia que para a ressurreição da alma nacional tiveram não só Fichte, com os seus *Discursos á nação alemã*, mas Kleist, Arndt, Kœrner, Schenkendorf, Rückert e outros patriotas com as suas inflamadas poesias, e ainda Jahn, com a sua intensa propaganda em favor da reconstituição fisica pelo ensino da ginastica. Mas, o que os factos historicos demonstram é, que só depois dos levantamentos populares de 1 de fevereiro de 1808, em Portugal, foi que na Prussia se começaram a manifestar os primeiros sintomas de descontentamento contra a occupação francêsa, os quaes, aliás, não ultrapassaram a creação, em Kœnigsberg, da sociedade secreta «Tugendbund», destinada a desenvolver e glorificar a virtude, a erguer o espirito nacional alemão, a reconstituir o exercito e a sacudir o jugo estrangeiro. Isto é, quando os alemães entravam apenas no periodo da propaganda, depois de *alguns anos* do dominio estrangeiro, Portugal dava-lhes uma lição de patriotismo, bastando *uns dois meses de occupação*<sup>1</sup> para que ele procurasse logo sacudir o dominio desses mesmos generais e soldados, que haviam semeado o terror e o desanimo em toda a terra alemã e nela haviam fixado longo tempo a sua residencia, sem protesto sequer dos dominados.

O talento dos seus estadistas, o estro dos seus poetas e o trabalho dos seus ginastas concorreu indubitavelmente muito para o ressurgimento da Grande Patria Alemã, como os germanos denominam ao seu país, mas não ficaria mal a esse povo, se fosse generoso e grato, reconhecer que deste rincão da Peninsula Iberica, que se denomina Portugal, eles receberam a primeira licção pratica de patriotismo, que depois lhes serviu de estimulo para operarem a sua propria reconstituição nacional.

<sup>1</sup> Na primeira invasão, Junot entrou em Castelo Branco no dia 20 de novembro de 1907.

Maís ainda. Na grande lucta travada contra o grande genio da guerra, que se denominou Napoleão, ninguem medianamente sabido em historia ignora, que á terrível guerra da Independencia, travada na Peninsula Iberica, deveram os prussianos, austriacos, e russos, a possibilidade de poderem entrar em Paris, em 1814; como não teriam igualmente aniquilado aquele verdadeiro dominador do mundo, em 18 de junho de 1915, se o exercito inglês, nosso aliado, lhe não houvesse resistido heroicamente em Waterloo, até á chegada de Blucker.

A um povo que oferece, como o nosso, tão nobres e gloriosas provas do amor que dedica á sua independencia não se joga levanamente a afronta com que nos quiz brindar a nota alemã. Por mais alta que seja a proviniencia do doesto, este desaparece sem merecer maior e melhor consagração do que merecem as banais afirmações dos homens impulsivos e arrebatados, que não sabem medir as pretendidas injurias, consoante o valor e a raspeitabilidade dos ofendidos, e que, por isso, encontram só nestes a indiferença, senão um sentimento mais depreciativo. O subdito do Imperador da Alemanha, que redigiu aquele diploma, havia-se esquecido, ao elabora-lo, das palavras do seu soberano: — «Corrigirmos-nos da petulancia é uma lição de que todos necessitamos».

Mas, se a Alemanha quizesse uma nova demonstração, bem clara e evidente, de que a Patria Portuguêsa vibra sempre unísona, quando se trata de questões que interessem á sua integridade material e moral, encontra-la-ía no facto de haver com a sua arrebatada injuria operado uma união tão intima de todos os cidadãos deste país, ainda ontem divididos por sentimentos e opiniões irreductiveis, que cavavam entre eles abismos reputados intransitaveis, que, se poderia exclamar hoje, como o General Espartero, nos campos de Vergara: — «Abraçai-vos, todos, meus filhos, como eu abraço ao General dos que foram nossos adversarios» —.

Nas proprias classes denominadas intellectuais, que sentiam admiração pela Alemanha, pelos seus processos de cultura, pelas conquistas da sua sciencia, pelo desenvolvimento do seu commercio e da sua industria, e até pelos meios com que procurava intensificar o seu patriotismo, aquele sentimento desapareceu inteiramente para ser substituido pelo ardente desejo de a ver não só vencida, mas abatida de modo a não poder



constituir jámais um perigo grave para as outras nacionalidades.

Esta transformação explica-se, porque o culto da Patria merece a todos os portugêses a maior das preferencias e a mais devotada das dedicações. Mais eloquentemente do que outrém o faria, exprimíu no assunto o sentir nacional o actual Presidente do Ministerio Dr. Antonio José de Almeida quando, no dia 28 de setembro de 1913, em um comicio realizado em Al-gés, disse <sup>1</sup>:

«Acima do meu partido ponho a Republica, como acima desta coloco a Patria. Se amanhã me convencesse de que a Republica levava a Nação á perda da autonomia, e que a Monarquia a poderia deter ainda no declive fatal, nunca eu preferiria uma palavra em favor da Monarquia, porque isso me era vedado pelo decoro que a mim me devo, mas jámais dos meus labios sairía a defesa, tenue que fosse, da Republica. Sairía desta terra, onde mais não voltaria, mas atenuaria as saudades dela com o reconhecimento de que á sua felicidade havia sacrificado os meus ideais de toda a vida».

Substituam nesse trecho da mais alta eloquencia tribunicia a palavra Republica pelo do regime que mereça a preferencia de cada um, e ter-se-ha assim obtido a formula representativa do intenso amor patrio, que domina o sentir de todos os portugêses.

GENERAL MORAES SARMENTO.

<sup>1</sup> Republica n.º 976, de 29 de setembro de 1913.

# Documentos para a historia da intervenção de Portugal na guerra europeia

## As declarações do governo

Convocado o Congresso para reunir extraordinariamente no dia 10 de março, de 1916, depois de aberta a sessão, a que assistiu S. Ex.<sup>a</sup> o Presidente da Republica, leu o sr. Augusto Soares, ministro dos estrangeiros, o documento que seguidamente transcrevemos na integra :

«Logo no começo da guerra, em 7 de agosto de 1914, declarou o governo da Republica, com aplauso unanime do parlamento, que em circumstancia alguma faltariamos aos deveres de aliança que livremente contraímos com a Inglaterra. Em 23 de novembro do mesmo ano, com igual aplauso do parlamento, o governo da Republica novamente assegurou o firme proposito de manter, até aos ultimos sacrificios, a solidariedade secular entre Portugal e a Inglaterra, «base imprescindivel da nossa progressiva valorisação mundial».

«E desde então até hoje, inalteravelmente, temos sustentado, sem hesitações nem receios, o claro e leal compromisso, que honradamente tomámos. Nunca a nossa aliada recorreu ao nosso auxilio, ao nosso esforço, á nossa solidariedade, que nos não encontrasse singelamente mas firmemente ao seu lado. Um momento houve em que a nossa cooperação nos campos de batalha da Europa esteve iminente, e seguramente se teria efectuado se não tivesse derivado então o nosso esforço para outros logares onde de surpresa nos chamára um ataque traiçoeiro das forças alemãs. Nos primeiros dias de setembro o posto de Maziúá, na Africa Oriental, havia sido atacado e saqueado por um grúpo de alemãs, sendo assassinado o chefe do posto e a breve trecho era a provincia de Angola igualmente objecto da hostilidade alemã, já não por parte de elementos sem responsabilidade official, mas pela de forças regulares armadas e equipadas, sob a direcção das autoridades da Damaralandia. Era ainda e sempre a nossa lealdade para com a Inglaterra a determinante dessas aggressões e de outras posteriores, até mesmo nos mares da Europa, as quais, nem por serem para nós injustas e cruéis, nos desviaram um momento sequer da linha de conduta que nobremente havíamos traçado. Na Europa ou na Africa, onde quer que os deveres da aliança nos chamaram, onde quer que esses deveres nos chamem, a nossa resposta foi e será inalteravelmente a mesma: cumpril-os.

«Um dos resultados da grande conflagração, que mais fortemente se tem feito sentir no nosso país, agravando de preferencia as classes menos protegidas da fortuna, é o extraordinario encarecimento da vida, na sua maior parte proveniente dos excessivos preços a que a falta de tonelagem, cada vez maior, levou a industria dos transportes. Portugal, como todas as nações onde o commercio maritimo não atingiu ainda um largo grau de desenvolvimento, estava adstrito á navegação estrangeira, sucessivamente decrescente, não só pela utilização dos navios mercantes para as necessidades militares, mas tambem pelas perdas derivadas da guerra submarina. Era dever do governo suprir sem perda de tempo essa deficiência, que ameaçava atingir proporções calamitosas. Nos nossos portos permaneciam algumas dezenas de navios condenados a ficarem inuteis por toda a duração da guerra. A sua utilização impunha-se como caso de força maior, como medida de salvação publica, além de ser autorizada pelo nosso direito, interno e convencional. Com essa imperiosa necessidade do país coincidia, por parte da nossa aliada, um não menor interesse em que a tonelagem desses navios voltasse á circulação mercantil e a ela pudesse tambem aproveitar, sempre que as nossas circunstancias o permitissem. Mas o nosso acto, por isso mesmo que daria importantes vantagens á nação, que a Alemanha considera o seu mais odiado inimigo, poderia ser malevolamente tomado por ela como pretexto para insofridas retaliações contra o povo português, que já merecera os seus injustificados agravos. Na previsão de tal eventualidade, o governo inglês, compenetrando-se inteiramente das responsabilidades que comnosco ia assumir, dirigiu-nos a seguinte solicitação:

«Tendo resultado sérias dificuldades para o commercio da presente escassez de navios, dificuldades que são sentidas não só na Gran-Bretanha, mas tambem nos países que mantem com ela boas relações, e tendo Portugal, desde o inicio das hostilidades, mostrado invariavelmente completa dedicação pela sua antiga aliada, o ministro de S. M. tem ordem, em nome do governo de S. M., de instar com o governo da Republica, em nome da aliança, para que faça requisição de todos os navios inimigos surtos em portos portugueses, que serão utilizados para a navegação commercial portugueza e tambem entre os demais portos que se determinarem por acordo dos dois governos.

«Legação Britanica.—Lisboa, 17 de fevereiro de 1916».

«São já conhecidos do parlamento os fundamentos juridicos em que o governo baseou a sua requisição e a maneira como ela se efectuou. O justificado receio do cometimento de actos de destruição, que tornassem improficua a ação do governo, obrigou a medidas que, embora eficazes e rapidas, de forma alguma podem ser tidas como violentas. E como não era intenção do governo dar ao seu acto uma significação de hostilidade, dirigiu ao seu representante em Berlim, no momento da requisição legal dos navios, o seguinte telegrama:

«Lisboa, 23 de fevereiro de 1916.—Ministro de Portugal — Berlim. — Governo tomou decisão requisitar navios alemães sur-

tos portos portugueses, em face necessidades país. Comunique facto a esse governo com declaração que foi publicado diploma legal regularizando situação tripulantes, indemnizações, etc., e que acto posse se está efectuando.—(a) *Ministro*».

«Apezar dos cuidados de que foi cercado o acto do governo, o representante da Alemanha em Lisboa dirigiu ao ministro dos negocios estrangeiros a seguinte nota :

«Lisboa, 27 de fevereiro de 1916.— Senhor ministro.—Sou encarregado pelo meu alto governo de protestar contra a singular quebra de direito que o governo português cometeu contra o imperio alemão apossando-se, por um acto de força, sem qualquer negociação prévia, dos navios alemães fundeados nos portos portugueses. Tenho a honra de, ao mesmo tempo, por incumbencia do meu alto governo, solicitar de v. ex.<sup>a</sup> a immediata revogação daquela medida.— Aceite v. ex.<sup>a</sup>, etc. (a) *Rosen*».

«A esta nota o governo respondeu nos seguintes termos, que transmitiu ao nosso ministro em Berlim, para deles dar conhecimento immediato ao governo alemão :

«Durante um periodo de mais de dezoito meses os navios alemães immobilizados nos nossos portos gozaram da protecção do governo da Republica, dentro das aguas territoriais portuguesas. Nestas circunstancias, tais navios devem ser considerados como abrangidos pelo principio geral do «dominio iminente», estando assim Portugal inteiramente justificado de exercer com relação a eles, o mesmo direito que exerce, em casos eventuais, sobre a propriedade de todas as pessoas, dentro da sua jurisdicção, ou seja o direito de usar dela sempre que as necessidades do país o exigirem.

«Portugal corria o risco da paralização do seu commercio maritimo, devido á falta geral de transportes, e a urgente necessidade de navios legitimava amplamente as excepcionais medidas tomadas. A mesma falta de transportes maritimos compeliu o governo de Italia a proceder de modo semelhante, requisitando navios que se tingam abrigado nos portos italianos, e não consta que o governo alemão tenha procurado criar o mais pequeno embaraço a esse acto.

«Os proprietarios dos navios por nós requisitados receberam, em devido tempo, as indemnizações que lhes foram previamente asseguradas e não podem, portanto, considerar-se como tendo sofrido qualquer prejuizo resultante da acção praticada pelo governo da Republica.

«Cumpré ainda notar que o procedimento do governo é baseado na lei n.º 480, de 7 de fevereiro de 1916, base 10.<sup>a</sup>, e está em harmonia com as estipulações internacionais. O artigo

2.º do tratado de commercio e navegação entre Portugal e a Alemanha não se applica ao aproveitamento de navios immobilizados, porque só se refere á retenção de navios em transitio. E, quando se applicasse, as suas disposições estariam cumpridas, porque só obrigam ao reconhecimento prévio do direito de indemnização, que se fez pelo artigo 5.º do decreto n.º 2:229, de 23 de fevereiro de 1916, ficando o *quantum* da indemnização para fixação ulterior com todas as garantias.

«Por todas estas razões, o governo, tendo exercido o direito, que lhe assistia, de provêr a instantes necessidades de economia publica, não pode modificar o seu acto.

«(Finda aqui o que v. ex.<sup>a</sup> tem de transmitir).

«Pelo que acabo de dizer, vê v. ex.<sup>a</sup> que, ainda que fôssemos neutrais, era perfeitamente legítimo o nosso procedimento. Se, apesar disso, o governo alemão, como v. ex.<sup>a</sup> supõe, nos arguir de quebra de neutralidade, acentue firmemente o infundado da arguição, não só pelas razões juridicas expostas, mas tambem pela impropriedade de expressão, que não podemos deixar de pôr em evidencia, para que ninguem, neste lance, suspeite haver da nossa parte um dissimulado retraimento incompativel com o nosso brio: — Logo no começo da guerra, em 7 de agosto de 1914, declarou o governo da Republica, com aplauso unanime do parlamento, que em circumstancia alguma faltariamos aos deveres da aliança que livremente contraímos com a Inglaterra. E os governos estrangeiros, incluindo o alemão, acataram tanto os sentimentos de pura lealdade que nos ditavam esta attitude que todas mantiveram aqui os seus representantes.

«E agora, como sempre, continuamos fieis ás nossas obrigações de aliados da nação inglesa, quaisquer que sejam as contrariedades que a seu lado possam deparar-se-nos».

«Foi a esta comunicação que o governo imperial entendeu responder com a nota escrita hontem entregue no ministerio dos negocios estrangeiros, e que é do teor seguinte :

«Lisboa, 9 de março de 1916.—Sr. ministro—Estou encarregado pelo meu alto governo de fazer a vossa excelencia a declaração seguinte :

«O governo português apoiou, desde o começo da guerra, os inimigos do imperio alemão por actos contrarios á neutralidade. Em quatro casos foi permitida a passagem de tropas por Moçambique. Foi proibido abastecer de carvão os navios alemães. Aos navios de guerra ingleses foi permitida uma prolongada permanencia em portos portugueses, contrária á neutralidade, bem como ainda foi consentido que a Inglaterra utilisasse a Madeira como ponto de apoio de esquadra. Canhões e material de guerra de diferente especie foram vendidos ás potencias da *Entente*, e, além disso, á Inglaterra um destruidor de torpe-

deiros. O arquivo do vice-consulado imperial em Mossamedes foi apreendido.

«Além disso, foram enviadas expedições á Africa e dito então abertamente que estas eram dirigidas contra a Alemanha.

«O governador de distrito (Bezirksamtman), dr. Schultze-Jena, bem como dois officiaes e algumas praças, em 19 de outubro de 1914, na fronteira do Sudoeste Africano Alemão e Angola, foram atraídos, por meio de convite, a Naulila, e ali apriisionados sem motivo justificado, e, quando procuravam subtraír-se á prisão, foram em parte mortos a tiro, enquanto os sobreviventes foram á força feitos prisioneiros.

«Seguiram-se medidas de retorsão da nossa tropá colonial. A tropa colonial, isolada da Alemanha, agiu, em consequencia do procedimento portuguez, na suposição de que Portugal se achava em estado de guerra com o imperio alemão. O governo portuguez fez representações por motivo das ultimas ocorrencias, sem, todavia, se referir ás primeiras. Nem sequer respondeu ao pedido que apresentámos de ser intermediario numa livre troca de telegramas em cifra com os nossos funcionarios coloniais, para esclarecimento do estado da questão.

«A imprensa e o parlamento, durante toda a existencia da guerra, entregaram-se a grosseiros insultos contra o povo alemão, sob uma proteção, mais ou menos notoria, do governo portuguez. O chefe do partido dos evolucionistas pronunciou na sessão do Congresso, de 23 de novembro de 1914, na presença dos ministros portuguezes, assim como na de diplomatas estrangeiros, graves insultos contra o imperador da Alemanha, sem que, por parte do presidente da camara ou de algum dos ministros presentes, se seguisse um protesto. Ás suas representações, o enviado imperial recebeu apenas a resposta que no *Boletim Oficial das Sessões* não se encontrava a passagem em questão.

«Contra estas ocorrencias protestámos em cada um dos casos em especial, assim como por varias vezes apresentámos as mais sérias representações e tornámos o governo portuguez responsavel por todas as consequencias. Não se deu, comtudo, nenhum remedio. Ao mesmo tempo, o governo imperial, n'uma indulgente deferencia para com a difficil situação de Portugal, evitou até aí tirar sérias consequencias da attitude do governo portuguez.

«Por ultimo, a 23 de fevereiro de 1916, fundada n'um decreto do mesmo dia, sem que antes tivesse havido negociações, seguiu-se a apreensão dos navios alemães, sendo estes ocupados militarmente e as tripulações mandadas sair de bordo. Contra esta flagrante violação de direito protestou o governo imperial e pediu que fosse levantada a apreensão dos navios.

«O governo portuguez não atendeu este pedido e procurou fundamentar a sua medida violenta em considerações juridicas.

Delas tira a conclusão que os nossos navios immobilizados por motivo da guerra nos portos portuguezes em consequencia desta immobilização não estão sujeitos ao artigo 2.º do tratado de commercio e navegação luso-alemão, mas sim da mesma fórma como qualquer propriedade que se encontre no paiz está sujeita á illimitada soberania de Portugal, e, assim, ao illimitado direito de apropriação do governo portuguez. Além disso, opina o governo portuguez ter procedido a dentro dos limites desse artigo, visto a requisição dos navios corresponder a uma urgente necessidade economica e tambem no decreto de apropriação estar prevista uma indemnisação, cujo total deveria mais tarde ser fixado.

«Estas considerações apparecem como vagos subterfugios. O artigo 2.º do tratado de commercio e navegação refere-se a qualquer requisição de propriedade alemã em territorio portuguez. Póde ainda assim haver duvidas sobre se a circumstancia dos navios alemães se encontrarem, como se diz, immobilizados em portos portuguezes modificou a sua situação de direito. O governo portuguez violou, porém, o citado artigo em dois sentidos: primeiramente, não se mantem na requisição a dentro dos limites traçados no tratado, pois que o artigo 2.º presuppõe a satisfação duma necessidade do Estado, emquanto que a apreensão, como é notorio, estendeu-se a um numero de navios alemães em desproporção com o que era necessario a Portugal para suprir a falta de porões (navios). Mas, além disso, o mencionado artigo torna a apreensão dos navios dependentes dum prévio acôrdo com os interessados sobre a indemnisação a conceder-lhe, emquanto o governo portuguez nem sequer fez a tentativa de se entender, quer directamente, quer por intermedio do governo alemão, com as companhias de navegação. Desta fórma, apresenta-se todo o procedimento do governo portuguez como uma grave violação de Direito e do Tratado.

«Por este procedimento, o governo portuguez deu a conhecer que se considera como vassallo da Inglaterra, o qual subordina todas as outras considerações aos interesses e desejos ingleses. Finalmente, a apreensão dos navios realizou-se sob fórma em que deve vêr-se uma intencional provocação á Alemanha. A bandeira alemã foi arreada dos navios alemães, e, em seu lugar, foi posta a bandeira portugueza com a flamula de guerra. O navio almirante salvou por essa ocasião.

«O governo imperial vê-se forçado a tirar as necessarias consequencias do procedimento do governo portuguez. Considera-se, de hoje em diante, como estando em estado de guerra com o governo portuguez.

Ao levar o que precede segundo me foi determinado, ao conhecimento de v. ex.<sup>a</sup>, tenho a honra de exprimir a v. ex.<sup>a</sup> a minha distinta consideração.—(a) *Rosen*.

\*A sua excelencia o ministro dos negocios estrangeiros, sr. dr. Augusto Soares.

«Releve-me o Congresso o desgosto que certamente lhe dei por não haver omitido, nesta comunicação, certos termos insolitos da nota alemã, que tanto me surpreenderam ao lê-la».

### Demissão do ministerio

Em seguida á leitura do documento, cuja reprodução fica feita, foi concedida a palavra ao sr. Dr. Afonso Costa, presidente do ministerio, o qual, depois de procurar justificar o procedimento do governo, de declarar que o ministerio estava demissionario, e de sustentar a conveniencia da organização de um ministerio nacional, leu e mandou para a mesa, pedindo urgencia e dispensa do regimento, que foram concedidas, a seguinte proposta de resolução :

«Com fundamento nas declarações do ministro dos estrangeiros, tenho a honra de apresentar ao Congresso da Republica a seguinte proposta de resolução :

«Artigo unico—São conferidas ao poder executivo todas as faculdades necessarias ao estado de guerra com a Alemanha, nos termos do art. 26.º n.º 14, da Constituição».

Depois de haverem usado da palavra o *leader* da maioria e os dos diversos partidos, que têm assento no parlamento, pronunciado vibrantes e eloquentes discursos patrióticos, foi aprovada por unanimidade a proposta de resolução, que havia sido apresentada pelo Presidente do Ministerio, e bem assim a seguinte moção, proposta pelo sr. Dr. Alexandre Braga, como *leader* da maioria:

«O Congresso da Republica, ouvidas as declarações do governo, apoia o seu procedimento e reconhece, com ele, a oportunidade da constituição de um ministerio nacional, que continue a salvaguardar a honra e os interesses da Patria, executando as deliberações do poder legislativo conducentes a esse fim».

### Suspensão das relações austro-portuguêsas

Cerca das 15,30 horas de quarta feira 15 de março, procurou o sr. Barão de Kuhn, ministro plenipotenciario da Austria Hungria, na secretaria dos Estrangeiros o sr. Augusto Soares, ministro dos estrangeiros, afim de lhe comunicar — «que acabára de receber instruções formais do seu governo para declarar que não podiam substituir as relações entre a Austria e Portugal».

O nosso ministro tomou nota de tal declaração e deu as providencias para assegurar a retirada do representante austro-hungaro nas mesmas condições, em que egualmente havia saído do país o representante da Alemanha sr. Rosen.



### Declarações do novo ministerio

Constituido o novo ministerio, pela demissão concedida ao anterior, em sessões de 17 de março, tanto da Camara dos Deputados como do Senado, leu o novo Presidente, sr. Dr. Antonio José de Almeida, a seguinte declaração

«Sr. presidente :—Tendo aceitado a incumbência que o sr. presidente da Republica se dignou confiar-me de constituir o governo nacional, em conformidade com o voto unanime do Congresso, tenho a honra de apresentar á camara e ao senado o novo ministerio, em que se acham representados dois partidos da Republica, o Partido Republicano Português e o Partido Evolucionista, e ao qual assegurou todo o seu apoio o Partido Republicano Unionista.

«Nele se integrarão tambem outras personalidades, cuja colaboração direta a extrema gravidade da hora presente aconselha, se o Congresso aprovar a proposta de lei, que lhe será submetida, para a criação de logares de ministros sem pasta.

«A missão que nos cumpre desempenhar está préviamente traçada pelos acontecimentos: concentrar todas as nossas energias na defesa da Patria, praticando para isso os maiores sacrificios, solidarios sempre com a nossa fiel e poderosa aliada, a Inglaterra, com a qual contamos como ela conta connosco.

«Pelas declarações feitas pelo anterior governo sabe o Congresso que nos encontramos em estado de guerra com a Alemanha; e eu devo comunicar-lhe que, desde hontem, estão interrompidas as relações diplomaticas com a Austria-Hungria, conforme notificação official do seu representante sem alegação de motivos.

«Uma condição suprema se impõe consequentemente ao nosso patriotismo: reunir todos os portuguezes em prol da causa sagrada da independencia e integridade nacional, dando treguas a quaisquer lutas e dissensões internas, que nos enfraqueceriam perante o inimigo comum. e envidando mais do que nunca, fervorosamente, todos os esforços para que esta Patria seja, no momento mais grave da sua historia, digna de si mesma.

«Mas o novo governo bem sabe que, para se fazer de uma maneira efectiva e proveitosa a união entre os portuguezes, é indispensavel, aiém da boa vontade que acredita existir em todos os espiritos, tomar medidas e rializar intentos que favoreçam e retemperem a conciliação de toda a familia portugueza, em homenagem, em culto ao sagrado principio da nacionalidade.

«Asslm, como medida indispensavel e urgente, far-se-ha, desde já, o desdobraimento do ministerio do fomento para a criação do ministerio do trabalho e previdencia social, para mais proficuamente se poder acudir ás necessidades das classes trabalhadoras, que tanto merecem as atenções e desvelos da Republica, criando-se ainda logares de sub-secretarios de Estado para terem mais facil e rapida solução os negocios que correm por alguns ministerios.

«De resto, se a hora é para afirmar intenções duma maneira iniludivel,

não se presta a explanar programas, que dependem tanto, se não mais, do curso dos acontecimentos como da vontade dos homens.

«Programa, a querer sintetisá-lo, ele caberia em quatro palavras: pôr a justiça ao serviço da paz, manter a liberdade ao serviço da ordem.

«E' preciso, para isso, fazer sacrificios? Sem duvida. Mas o governo é o primeiro a arrostar com eles, tomando esta posição de suprema responsabilidade.

«No ministerio que tenho a honra de apresentar ao Congresso estão homens que proveem de diferentes escolas politicas, embora dentro do mesmo ideal. Alguns, de entre eles, ainda ha dias sentiam o sangue alvoroçado pela recordação das pugnas em que se envolveram. Todavia, não trepidaram em se unir, estendendo-se as mãos, mais do que isso, associando-se na acção. Esqueceram-se mutuamente os agravos, voluntariamente expulsaram da alma a sombra de todos os resentimentos. E porquê? Porque se uniram esses homens, estendendo-se fraternalmente a mão? Porque ao de cima das nossas cabeças, como uma ameaça terrivel, silvaram estas palavras, que, saídas do nosso espirito inquieto, podem traduzir uma rialidade tremenda: «A Patria está em perigo».

«Pois para que ela não corra perigo unamo-nos todos para a defender.

«Pelo que nos respeita, e é esse o compromisso que tomamos, empregaremos todos os meios para que consiga a forma ultima e superior da «União Sagrada».

«Seremos tolerantes dentro das leis, aproveitando daquelas que respeitam aos problemas da consciencia ou possam implicar com os principios da tolerancia toda a elasticidade de que forem suscetiveis nas suas disposições para que os espiritos se acalmem e conragem. Sem duvida que isso depende tambem, e muito, da attitude daqueles que até hoje teem movido hostilidade á Republica, quando dentro dela todas as reivindicações legitimas podem ser plenamente satisfeitas pela livre discussão.

«Mas, por nossa parte, damos desde já o exemplo da tolerancia, fazendo estas nossas liais declarações.

«Em resumo: o governo, a que presido por honrosa incumbencia desse eminente portuguez e grande republicano que ocupa a suprema magistratura do país, terá como intento maximo solidarizar toda a familia portugueza, neste momento culminante da sua grande Historia. Procurará ligar os homens entre si e tambem vinculá-los á tradição do passado, estabelecendo a equação da continuidade historica pelo sacrificio, pela tolerancia e pelo amor á terra onde todos nascemos.

«Neste momento formidando e augusto não apelamos só para a geração actual, que assiste a uma violenta e tragica transformação do mundo; apelamos tambem para a sombra dos nossos maiores que beijaram o pó para que nós vivessemos, preparando-nos destinos épicos e gloriosos.

«Assim, fortes desta comunhão entre o presente e o passado, sob a inspiração varonil de que o futuro será por nós, porque a raça é imperecível e a Patria é imortal, o governo da Republica tem a honra de saudar o parlamento e todos os portuguezes, sem excepção, heroicamente simbolizados neste momento pelo exercito e pela armada».

\*  
\*  
\*

### Mensagem do governo inglês

Ainda na mesma sessão de 17 de março, o sr. Augusto Soares, ministro dos estrangeiros, leu a seguinte comunicação entregue ao governo pelo sr. ministro plenipotenciario da Inglaterra em Lisboa :

*«Legação de S. M. Britanica—Lisboa, 12 de março de 1916—Excelencia: Não deixei de transmitir imediatamente ao governo de Sua Magestade a informação que por V. Ex.<sup>a</sup> me fôra dada na quinta-feira ultima, á noite, de que o ministro alemão aqui lhe declarára que existia um estado de guerra entre Portugal e Alemanha e pedira os seus passaportes.*

*«Em harmonia com as instruções de Sir Edward Grey, tenho a honra de transmitir a V. Ex.<sup>a</sup> a seguinte mensagem ao governo da Republica :*

*«O governo de Sua Magestade estará ao lado de Portugal, em face do inimigo comum, e Portugal pode confiar em que a sua antiga aliada a Gran-Bretanha, lhe dará todo o auxilio que for possível ou necessario prestar.—(a) Lancelot D. Carnegie».*

Tanto na Camara dos Deputados como no Senado, essa leitura foi acolhida com as mais estridentes manifestações de aplauso.

O documento transcrito corresponde inteiramente á declaração da entrada do nosso país na guerra, feita, em sessão da Camara dos Comuns de 15 de março, pelo sr. Edward Grey, ministro dos estrangeiros, em nome do chefe do governo sr. Asquith, que estava doente, declaração que foi do teôr seguinte, segundo a versão dos jornais :

*«A causa imediata da declaração de guerra pela Alemanha ao mais antigo dos nossos aliados foi a decisão do governo português de requizitar os navios alemães paralizados nos portos metropolitanos e coloniaes de Portugal, desde o começo da guerra.*

*«Ainda mesmo que Portugal fôsse uma nação completamente neutra e sem aliança, a sua acção seria plenamente justificada. A guerra tem sido a causa de uma crescente crise de meios de transporte em todo o mundo, e era dever do governo português, no interesse do seu país, aproveitar todos os navios utilizaveis que se encontrassem nos portos portuguezes.*

*«A execução deste acto não poderia prejudicar ninguém, porque, ao requizitarem-se esses navios, foi prometida a respectiva compensação, mas o governo alemão precipitou o caso com um pedido perentorio de explicações, seguido, a curto prazo, de uma declaração de guerra.*

*«Este acto do governo alemão deve alterar completamente a situação, pelo que respeita ao pagamento da compensação. Deve notar-se que a Alemanha, que agora atribue a Portugal a quebra da neutralidade, tinha já, em outubro e dezembro de 1914, violado o territorio português com incursões na colonia de Angola, e esforçara-se por provocar uma rebelião na Africa Oriental portuguesa.»*

*«Portugal pode estar certo de que a Gran-Bretanha e os seus aliados lhe prestarão todo o auxilio de que possa carecer. Tendo sido compelido pela Alemanha a enfileirar-se com os aliados, Portugal será bemvindo, como um aguerrido colaborador, na defeza da grande causa, pela qual se-está fazendo a presente guerra.»*

\*

\*            \*

### **Proclamação ao Exército do Ministro da Guerra**

«Tendo sido declarada a guerra a Portugal por uma nação poderosa, é meu dever chamar a atenção dos officiaes e praças para o que nos cumpre fazer na nossa qualidade de soldados do glorioso Exército Português.

«Em primeiro lugar, é necessario levar ao conhecimento de todos que a attitude da Alemanha resulta de um programa, cuja execução foi iniciada muito antes de rebentar a guerra na Europa e que visava á absorpção do nosso commercio, ao açambarcamento dos nossos mais ricos productos do continente e das colonias, á usurpação dos nossos vastos dominios coloniais. Este programa estava rializado em parte e o resto em breve estaria, tudo levando a supôr que, se a guerra actual o não tivesse impedido, os alemães teriam feito em fins de 1914 ou principios de 1915 uma incursão em Angola para se apoderarem dos distritos de Mossamedes e Huila.

«A ninguem que tenha seguido com patriotico cuidado os passos da Alemanha, desde a conferencia de Berlim, em 1885, poderá restar duvida que a sua vitoria representará a perda das nossas colonias e talvez da nossa nacionalidade. No coração de nós todos, deve bem gravar-se, portanto, que os combates, que se estão ferindo em tantos pontos do mundo, são combates que nos tocam muito de perto, que esta guerra é a nossa guerra, a guerra pela nossa liberdade, pela nossa independencia, pela integridade da Patria, e que nós a devemos fazer onde a nossa acção militar mais eficazmente possa ferir o poder alemão: — no continente da Republica, nas nossas colonias, em qualquer parte do mundo.

«Para ela nos devemos preparar sem a menor perda de tempo, com o aproveitamento de toda a nossa energia, de todos os nossos recursos, com todo o esforço de que é capaz a nossa raça.

«Para a fazermos como ella deve ser feita, com honra e dignidade, tem de animar-nos o odio patriotico contra aqueles que, planeando de ha muito o roubo das nossas colonias, massacraram traiçoeiramente as guarnições e os habitantes do Cuangar e dos outros fortes do Cubango, invadiram, sem de-

claração de guerra, as colonias de Angola e Moçambique, e acabaram por nos insultar, tocando-nos no que nós mais prezamos, no nosso legítimo orgulho de nação livre e independente.

«Este ódio ao alemão, inimigo e barbaro, tem de ser despertado nos corações de todos, e para que no exercito ele se fundamente e se sinta, necessario se torna que se digam ao soldado as razões desta guerra, se lhe narrem as ofensas que dos alemães recebemos, e se lhe expliquem as intenções e os propositos da Alemanha relativamente ás nações pequenas como a Belgica, como a Servia, como nós.

«E, para que a preparação do nosso Exercito seja o que deve ser, para que nos combates e batalhas que tenhamos de ferir as nossas tropas se cubram de gloria, além do mais ardente patriotismo, que tanto caracteriza os portugueses, e dum sentimento de profunda hostilidade contra os alemães, são indispensaveis a mais severa e rigorosa disciplina, uma completa instrução militar, constantes exercicios para habituar as tropas ás mais rudes e violentas fadigas e á privação de todos os confortos, o mais meticoloso cuidado na requisição e conservação do material de toda a especie e dos solipedes necessarios para a dotação das unidades e serviços, o sacrificio proprio levado ate o extremo, o interesse pessoal posto inteiramente de parte, uma fé inabalavel, uma confiança absoluta nos destinos da Patria Portuguêsa e a mais imperturbavel serenidade.

«Para estes pontos chamo a atenção dos comandantes das unidades e serviços, e de todos os quadros, desde a mais alta graduação e função do Exercito, até o mais simples arvorado, pois que todos, sem saírem da sua esfera de acção, mas com igual patriotismo e com o mesmo espirito militar, devem preparar as tropas sob o seu comando para a defesa da Patria.

«Indispensavel é de facto o concurso de todos, e hoje mais do que nunca; indispensavel é tambem que cada um desempenhe até o fim a missão que lhe compete, sem um desfalecimento, sem uma hesitação, pondo todo o vigor e toda a aptidão fisica e intelectual exclusivamente ao serviço duma Patria, que temos de legar aos nossos filhos pelo menos tão grande e tão prospera como a herdámos dos nossos.

«O país inteiro e o governo da Republica tem os olhos fitos no Exercito e depositam nele a maior confiança; o ministro da guerra tem a certesa de que ele cumprirá integralmente o seu dever e sauda-o nesta hora de perigo, com o mais vivo entusiasmo.—*José Mendes Ribeiro Norton de Matos*».

(Segue no proximo numero).

## Experiencias com um novo tipo de bolo alimentar para os solípedes, realizadas em 1913 na Manutenção Militar

Em 1907 foi nomeada uma comissão militar para proceder ao estudo de uma forma prática e económica de aproveitamento das sementes produzidas pela moagem da Manutenção Militar.

Esta comissão emitiu o voto de que aquele produto misturado com outros que já faziam parte da ração de grão e convenientemente triturados e preparados sob a forma de pasta comprimida, a que deu a designação de bolo alimentar, podia ser ministrado numa certa proporção aos solípedes.

Feitas as experiências necessárias para tais casos, verificou-se que os resultados foram satisfatórios, pelo que o Ministério da Guerra ordenou o fornecimento aos corpos montados.

Tendo-se, porém, notado algumas deficiências na alimentação dos solípedes e supondo-se devidas á insuficiência do valor nutritivo do bolo, resolveu-se estudar um novo tipo de maior valor altriz, fazendo-se então a

### **Experiencia de 1913**

*Escolha dos solípedes.*—Os solípedes submetidos á experiência, foram escolhidos entre os de melhor aspecto e mais robustos, de maneira a apresentarem o menor numero de probabilidades, de alterarem ou prejudicarem os resultados da experiência.

*Idades.*—Houve o cuidado de escolhe-los de idades medianas, para evitar a influencia do crescimento quanto aos

muito novos, e a pouca sensibilidade ás mudanças de alimentação dos idosos.

*Pesos.* — Foram pesados ás mesmas horas e em idênticas condições, tanto antes, como depois da experiência.

*Preparação do gado.* — Os solípedes foram colocados a distancia conveniente uns dos outros e fixados nos seus logares por duas correntes, uma de cada lado, tornando-se assim possível verificar que todos comeram regularmente a sua ração de grão bolo e palha e só a sua.

*Regimen alimentar.* — Foi apenas alterado quanto á composição da pasta alimentar, (bolo).

*Regimen de trabalho.* — Manteve-se absolutamente o mesmo que lhes estava determinado, anteriormente ao começo da experiência.

*Testemunhas.* — Em cada parelha um dos solípedes continuou a receber o bolo da formula antiga e o outro ingerindo a mesma ração de grão e palha recebeu durante a experiência o mesmo peso de bolo da formula que foi objecto da prova de que nos propomos tratar.

*Horas de trabalho diario.* — As exigidas pela natureza do serviço que desempenhavam, registando-se sempre as horas de saída e as de entrada e calculando-se o tempo consumido nas cargas e descargas e outras perdas de tempo.

*Peso das cargas.* — Registaram-se os pesos transportados á ida e no regresso e os pesos medios das viaturas segundo as indicações officiais; e tambem foram tomados em consideração os pesos medios dos condutores e dos arreios.

*Duração da experiência.* — 18 dias seguidos.

### **Trabalho produzido**

A experiência abrangeu 7 parelhas e um tiro de 3 solípedes; mas como o tiro se não salientou pelos pesos transportados, nem pelas distancias percorridas ou pelas velocidades atingidas, antes ao contrario, não alcançou as medias, considera-lo-ei nos calculos, como uma parelha para não depreciar o trabalho dos outros animais, e, nestes termos, contarei sempre com 8 parelhas.

Por ser limitado o espaço de que disponho e ainda por outras razões apresentadas pela Ex.<sup>ma</sup> Direcção desta *Revista*,

não são publicados os mapas demonstrativos dos serviços executados durante este ensaio.

Farei, porém, o possível para perfeita elucidação dos Ex.<sup>mos</sup> leitores, apresentando os numeros deduzidos da recapitulação dos mapas e registros.

Tiraram muitas vezes pesos de 2:600 quilos, incluindo a viatura, condutor e arreios em trajectos superiores a 10 quilometros; e pesos superiores a 2:000 quilos em percursos de maior extensão, atingindo algumas vezes, mais de 20 quilometros.

Para maior rapidez e facilidade da exposição, indicarei as parêlhas pelos numeros dos condutores, ordenando-as por series decrescentes dos numeros que lhes correspondem:

#### Pesos transportados

1. <sup>a</sup> n. <sup>o</sup> 301 . . . . .	39:475 quilos
2. <sup>a</sup> " 277 . . . . .	38:055 "
3. <sup>a</sup> " 252 . . . . .	38:048 "
4. <sup>a</sup> " 267 . . . . .	37:562 "
5. <sup>a</sup> " 327 . . . . .	37:425 "
6. <sup>a</sup> " 279 . . . . .	37:027 "
7. <sup>a</sup> " 284 . . . . .	35:244 "
8. <sup>a</sup> " 265 . . . . .	33:555 "
Média . . . . .	36:924 "

#### Percursos rializados

1. <sup>a</sup> n. <sup>o</sup> 301 . . . . .	298:600 metros
2. <sup>a</sup> " 284 . . . . .	288:000 "
3. <sup>a</sup> " 267 . . . . .	287:200 "
4. <sup>a</sup> " 327 . . . . .	274:000 "
5. <sup>a</sup> " 279 . . . . .	267:800 "
6. <sup>a</sup> " 277 . . . . .	253:800 "
7. <sup>a</sup> " 252 . . . . .	240:400 "
8. <sup>a</sup> " 265 . . . . .	237:600 "
Média . . . . .	268:420 "



**Tempos consumidos**

1. <sup>a</sup> n.º 284 . . . . .	140 horas
2. <sup>a</sup> " 301 . . . . .	123 "
3. <sup>a</sup> " 277 . . . . .	121 "
4. <sup>a</sup> " 267 . . . . .	119 "
5. <sup>a</sup> " 279 . . . . .	116 "
6. <sup>a</sup> " 265 . . . . .	105 "
7. <sup>a</sup> " 252 . . . . .	103 "
8. <sup>a</sup> " 327 . . . . .	102 "
Média . . . . .	116 <sup>h</sup> e 45'

**Velocidades por hora**

1. <sup>a</sup> n.º 327. . . . .	2:684 metros
2. <sup>a</sup> " 301. . . . .	2:422 "
3. <sup>a</sup> " 267. . . . .	2:411 "
4. <sup>a</sup> " 252. . . . .	2:330 "
5. <sup>a</sup> " 279. . . . .	2:301 "
6. <sup>a</sup> " 265. . . . .	2:257 "
7. <sup>a</sup> " 277. . . . .	2:090 "
8. <sup>a</sup> " 284. . . . .	2:057 "
Média . . . . .	2:319 "

Cotejando as totalidades dos pesos transportados e as dos quilómetros percorridos, encontram-se diferenças grandes, por exemplo: uma parelha tirou 39:475 quilos enquanto outra tirou somente 33:555, dando uma diferença diária de 329 quilos em média; uma parelha percorreu 298:600 metros, enquanto outra percorreu apenas 237:600 metros, etc.

Estas desigualdades são devidas ás necessidades do serviço e por sua natureza inevitáveis.

Mas, em média, as parelhas tiraram 2:051 quilos num percurso de aproximadamente 15 quilómetros.

Como as distancias foram medidas pelas cartas dos arredores de Lisboa, é conveniente fazer-lhe o aumento de  $\frac{1}{5}$  como correcção compensadora das voltas e declives não mencionados e desta forma a média diária dos percursos será de 18 quilómetros.

### Classificação

A parelha 301 que figura em primeiro lugar nas series dos numeros de quilos transportados e na dos numeros de quilometros percorridos é sem duvida alguma a que mais trabalhou, tendo, apesar destes factos, aumentado de peso os dois solipedes, como adiante demonstraremos.

E' tambem esta a que trabalhou maior numero de horas com uma das maiores velocidades.

A parelha 265 foi a que transportou menor peso no menor percurso, trabalhou menos horas que a média e com velocidade inferior á média.

A 284 posto que tenha percorrido 288 quilometros, é comtudo muito morosa.

A 327 é a mais veloz, porque embora tenha trabalhado menor numero de horas, deve o facto ser atribuido á sua maior velocidade, porquanto se esta tivesse sido a média, teria trabalhado 118 horas, numero superior á média, (116<sup>h</sup> e 45<sup>l</sup>).

As restantes ocupam logares intermedios, podendo ainda dentre elas especialisar-se as n.<sup>os</sup> 267.

### Deficiencia da ração

Embora a experiencia com o novo tipo de bolo, não tivesse por fim verificar se a ração é insufficiente, e á parte os seus bons resultados, forneceu-nos comtudo, elementos que nos inculcaram a convicção de que a ração é insufficiente.

Uma das circunstancias que nos permitem fazer tal afirmação, é o aumento de peso importante que apresentaram os solipedes que ingeriram o novo bolo durante a experiencia, o que significa que ha um deficit alimentar.

Tendo-se admitido que um solipede de 450 quilos, necessita para sua conservação, de 4:100 unidades nutritivas, e sendo o peso médio dos solipedes do estabelecimento de 400 quilos, precisam de pelo menos, 3:650 e como pelos calculos que fizemos, o seu trabalho diario exige pelo menos 1:124, conclue-se que se lhes devem fornecer 4:774.

Mas, como para chegarmos a este resultado, nos socorremos das médias e os solipedes do estabelecimento, não exe-

cutam um trabalho médio, e sim um trabalho energico, máximo ou proximo do máximo que podem produzir, sabendo-se que os percursos, em regra, não longos, que as cargas são excessivas, que os percursos nem sempre são feitos a passo, mas em parte a trote, o que é grave, mas inevitavel por impossibilidades de fiscalização, concluir-se-ha que a ração não deveria contar menos de 5:000 unidades nutritivas equivalentes a 20:500 calorias.

Sendo a ração composta de:

Aveia. . . . .	1	quilo ou	611	unidades nutritivas
Fava . . . . .	2	" "	1;440	" "
Milho . . . . .	1	" "	860	" "
Bolo . . . . .	2,4	" "	1:437	" "
Palha. . . . .	3	" "	502	" "
			<hr/>	
Soma. . . . .			4:850	" "
			5:000	" "
			<hr/>	
ha um deficit de . . . . .			150	" "
				19:885 calorias
				20:500 "
			<hr/>	
ou de. . . . .			615	" "

#### **Inconvenientes do trabalho excessivo e vantagens do trabalho moderado**

Pelas circunstancias expostas, se demonstra que os solípedes trabalharam demais, tanto pelo que respeita aos seus pesos, como pelo que se refere á alimentação recebida.

A convicção de que se alimentam deficientemente, resulta, não só da experiencia rializada, mas tambem dos muitos ensaios deste genero, efectuados em França e na Alemanha, desde ha mais de 20 anos, pelos quais se verifica que os solípedes com o peso médio de 400 quilos, não podem executar trabalho tão energico sem perigo para a saude e vida, e que mesmo trabalhando um pouco menos, isto é, mais em harmo-

nia com a sua aptidão, robustez e duração, necessitam de alimentação mais abundante.

Isto em referencia aos normais, porque se atendermos aos mais ou menos enfraquecidos pela idade e gastos pela constancia do serviço e aos tarados, para os quais os trabalhos tanto automotor como util, exigem maiores esforços, notaremos que um tal rendimento em trabalho é extenuante para uma parte dos solipedes.

Algumas sabias emprezas de transportes estrangeiras, com effectivos em solipedes, muito maiores que o do nosso exercito, conseguiram aproximar-se, o mais possivel, do equilibrio entre o trabalho e as exigencias alimentares dos seus animais, de modo tal, que a média das idades oscila entre os 16 e os 18 anos. No nosso exercito, são poucos os que conseguem chegar a tais idades, quanto mais constituirem a média.

Da desharmonia entre a alimentação que lhes damos e a soma dos esforços que lhes pedimos, resulta naturalmente a frequencia das anemias, astenias e outras doenças que se notam nos solipedes do serviço de transportes e ainda o seu desaparecimento tantas vezes prematuro.

Convém evitar quanto possivel, as cargas que somadas ao peso das viaturas, excedam 2:000 quilos, isto com relação ás parelhas.

Muitas vezes os esforços excessivos são devidos ás exigencias do serviço, mas nestes casos convem dar-lhes descansos ou um serviço mais leve no dia seguinte, como compensação ao trabalho da vespera.

Algumas parelhas trabalharam mais de 12 horas no mesmo dia. Embora tenham alguns descansos e ainda que façam os percursos a passo, a duração do trabalho, só excepcionalmente excederá 8 horas.

As superfadigas por cargas muito pesadas ou por andamentos rapidos e sobretudo pelas duas circunstancias juntas, devem ser absolutamente banidas da utilização dos motores vivos, porque dão sempre enormes prejuizos.

Tais considerações teem por fim alongar o tempo de permanencia dos animais no serviço, o que é muito importante, atendendo a que é mais economico poupa-los e mante-los em exploração durante 15 anos por exemplo, do que explora-los excessivamente e ter que substitui-los num prazo muito mais

curto, 5 anos por exemplo, fazendo as despesas de novas aquisições, correndo os riscos de compras pouco felizes e não conseguindo nunca o aumento de trabalho equivalente.

É conveniente adotar regras pelas quais se molde o aproveitamento dos animais, com fim de colher o maximo das vantagens compatíveis com a conservação dos motores, durante um espaço de tempo bastante longo para reduzir ao minimo o premio de amortisação.

Não se deve desprezar a seguinte regra:

O mais judicioso aproveitamento da capacidade motora animal, consiste na sua utilização durante o maior espaço de tempo possivel, intercalado de frequentes intervalos de descanso.

Março de 1916.

*(Continúa).*

ESTANISLAU DA CONCEIÇÃO E ALMEIDA

Tent.-med. veterin.º



## Sobre a organização do serviço militar de aviação em campanha

O dominio do ar pelo aeroplano não foi uma surpresa. Era de esperar e pode dizer-se que o problema estava resolvido antes de se efectuar mecanicamente o primeiro vôo.

A' industria competia dizer a ultima palavra, pondo á disposição da aviação um motor apropriado pelo seu peso e potencia, e uma vez obtido este o vôo foi um facto.

Assim, pois, sabia-se de ante-mão a utilidade que proporcionaria a sua applicação á guerra, e salvo um curto periodo de experiencias, pode dizer-se que estas foram o primeiro passo da aviação como serviço á disposição do homem.

Os italianos, na occupação de Tripoli, empregaram pela primeira vez alguns aparelhos de vôo; assim mesmo, na guerra dos Estados balkanicos contra a Turquia, e nas campanhas coloniais, havia-se podido apreciar os excelentes serviços que se podiam obter do emprego do aeroplano; mas o numero limitado de aparelhos e o excessivo aperfeiçoamento, não permitiam uma orientação definida na sua organização e adaptação aos exercitos modernos.

Nas primeiras potencias europeias tinham-se efectuado alguns ensaios respeitantes a este particular, por ocasião de manobras, iniciando-se a criação de algumas unidades de experimentação, base do novo serviço; mas no momento de se romperem as hostilidades, esta organização encontrava-se em estado embrionario, e na maior parte das nações, o mais que se havia conseguido era contar com pessoal e material de vôo; mas pouco ou nada se tinha feito em preparação do pessoal profissional encarregado da comissão militar, e ainda em questão de aparelhos desprezaram-se muitos modelos dos que obtiveram maior exito no mundo desportivo, por não reunir condições sob o ponto de vista da sua applicação á guerra.

A Alemanha, que no principio reagia á adopção deste

serviço, deu-lhe depois grande impulso, preocupando-se mais que nenhuma outra nação em o utilizar francamente a fins militares.

O desenvolvimento da aviação durante a guerra impôz a organização mais conveniente para conseguir o maximo rendimento do serviço.

Partindo das características fundamentais do serviço, e tendo em linha de conta as noticias que de um modo geral dizem respeito á sua aplicação na guerra actual, é possível assinalar as bases de uma organização acertada.

Surge *á priori* o desdobramento do serviço em duas missões principais: observação e acção ofensiva.

A observação, pela sua continuidade de aplicação, é de mais relevo que a missão ofensiva de character circumstancial. Dá ideia da importancia da observação aerea o facto de se ter efectuado sómente pelos franceses, desde o começo da guerra até fins de março de 1915, ou seja em 8 meses, 10.000 reconhecimentos.

O aeroplano, como observatorio movel, permite surpreender os movimentos do inimigo, a disposição dos seus elementos, concentrações, entrincheiramentos, etc., na frente de combate, e o escalonamento das suas reservas, centros de abastecimento, linhas ferreas, e, em geral, vias de comunicação. Ao mesmo tempo serve como auxiliar precioso do tiro de artilharia.

O tipo de aparelho mais apropriado para esta missão especial não precisa que seja de grande raio de acção, salvo em determinados reconhecimentos no país inimigo; mas, no geral, a exploração de uma zona de 100<sup>kl</sup> á rectaguarda da linha de fogo, dá sufficiente garantia para estar a coberto de uma acção imprevista do contrario sobre a nossa frente, assim como tambem dados para conhecer os seus pontos mais vulneraveis.

A velocidade de translação convem que seja moderada para permitir observar com a maior fixidês possível a zona inimiga.

Os aparelhos mais lentos devem permitir efectuar 70 a 80 kilometros por hora, e como não é exagerado, no estado actual da aviação, exigir uma duração de vôo de 4 horas, podemos fixar como condição exigida para o aparelho de observação um raio de acção de 300 kilometros.

Ao pessoal destinado a esta missão deve exigir-se absoluto conhecimento tecnico profissional e completa preparação pelo que respeita ao observador, a fim de estar em condições de apreciar facilmente a constituição e organização das unidades que observe.

Para a observação, o pessoal melhor preparado profissionalmente é o de oficiais das armas especiais que tenham passado pela Escola Superior de Guerra, e como observadores do tiro de artilharia, oficiais desta arma.

E' conveniente que o observador seja tambem piloto, para tomar conta da direcção do aparelho, quando aquele se encontre impossibilitado de o fazer, como ainda para poder sair só, se a indole do reconhecimento assim o exigir.

O piloto propriamente de serviço, cuja missão é unicamente conduzir o aparelho, não necessita ter categoria de oficial, pois não se requer para tal missão conhecimentos excepcionais, mas sómente aptidões de outra ordem, como são serenidade, resistencia fisica e conhecer bem o manejo do aparelho; deve ir, ainda em vôo, ás ordens do oficial observador, sendo esta uma razão a mais para que o dito oficial seja apto como piloto.

Para este cargo deve-se recrutar o pessoal entre as praças do exercito.

\*

\* \*

A missão ofensiva da aviação surge como consequencia natural da necessidade de se opôr á observação aerea do adversario e a possibilidade de atacar do ar os seus centros vitais, como são comunicações, industria militar, abastecimentos, exercendo ao mesmo tempo influencia deprimente sobre o moral do cidadão alheado da luta.

O tipo do aparelho de combate convem que tenha grande raio de acção e velocidade.

Dá ideia do que se pode obter, neste particular, a circumstancia de haver permanecido no ar, sem escala nenhuma, 24 horas, e quanto á velocidade, a maior parte dos aparelhos existentes passam de 100 kilometros por hora, e muitos aproximam-se de 150.

O pessoal não precisa possuir a amplidão de conheci-



mentos exigidos para o observador, e pode, sem inconveniente algum, recrutar-se entre as praças, em beneficio da economia dos officiaes.

\*  
\* \* \*

A aviação coopera com os demais serviços, de modo indirecto, em alcançar o objectivo que o alto comando tem em vista; em compensação, a dependencia, com relação a este, deve ser directa, pois o resultado dos reconhecimentos aereos deve participar-se com urgencia ao quartel general, e por sua vez as unidades do serviço receberão directamente do alto comando as ordens precisas para a determinação do objectivo ou objectivos de reconhecimento ou comissões especiais que devam realizar-se; por conseguinte, compreende-se que o serviço de aviação pode considerar-se como continuação do seu quartel general, e a este deve ir affecto directamente, sem prejuizo de que em certas occasiões podem-se agregar elementos de aviação ás unidades superiores independentes, mas de modo transitorio e sem dependencia organica de tal unidade.

Como traço de união com o alto comando, deve fazer parte do quartel general o chefe ou director do serviço, por intermedio do qual serão transmitidas as ordens ás unidades, e o mesmo, por sua vez, receberá as partes das explorações para dar conhecimento superiormente.

O alto comando distribuirá os elementos de que disponha pela fórma mais apropriada para melhor rendimento do serviço.

Para tal fim convem ter presente que deve evitar-se a disseminação de elementos de aviação, sendo muitas as razões que justificam este principio.

Em primeiro lugar ganha-se em unidade de direcção, reduzindo o mais possivel os nucleos em que o serviço haja de fraccionar-se; por outra parte, o grande raio de acção dos aparelhos permite-lhes executar um serviço em logares distantes da séde da unidade a que pertencem; além disso, como não é possivel pensar em dispôr de elementos de separação completos nas unidades que por seu serviço immediato á linha de combate hão-de sofrer a influencia das oscilações desta, o

material que terá de se renovar continuamente pelas frequentes deteriorações, deverá ser facilmente transportavel, e para tal fim será preciso estabelecer os ditos nucleos de elementos de aviação junto das vias de comunicação, de preferencia nas vias ferreas para permitir a disseminação das mesmas.

Tendo em atenção o exposto, e tomando como elemento unidade do serviço o aeroplano explorador de que se fez menção precedentemente, vamos a expôr esquematicamente a organização que julgamos mais conveniente para o serviço de aviação.

Fixou-se anteriormente como raio de acção do dito aparelho 300 kilometros, ou melhor 150 kilometros, se se atender a que na duração total de permanencia no ar ha que contar com o regresso.

Por conseguinte, o raio de acção maximo que pode ter cada nucleo de aviação estabelecido na frente, e a que daremos o nome de aerodromos de campanha, determinar-se-ha pela frente de exploração compreendida entre dois aparelhos que, partindo da mesma, um pelo flanco direito e o outro pelo esquerdo, e aproveitando o seu maximo raio de acção (150<sup>kl</sup>), efectuem em zona inimiga um reconhecimento de, pelo menos, 50 kilometros de profundidade; o que supõe para cada aparelho poder dispôr de uma distancia de 100 kilometros para se transportar ao lugar do reconhecimento, e, portanto, podemos designar uma frente de exploração e para cada aerodromo de campanha de 200 kilometros, limite maximo.

Este numero é um tanto forçado, porque contamos os 100 kilometros para um e outro lado como se o aerodromo de campanha estivesse estabelecido na propria linha de fogo, e isto não sucede de modo nenhum, pois está recuado a 20 ou mesmo 50 kilometros da frente, quer em resultado das oscilações de avanço, quer pela conveniencia de que os aeroplanos, ao subirem para depois se dirigirem para a zona inimiga, efectuarão um percurso no seu proprio territorio suficiente para alcançar altura de segurança (isto é mais de 1000<sup>kl</sup>), no que gasta normalmente 10 minutos, em cujo tempo se percorrem 15 a 20 kilometros, que é a maxima distancia a que deve estabelecer-se a linha de aerodromos de campanha.

Falta especificar agora os elementos com que será preciso

dotar cada aerodromo para poder efectuar a exploração de modo eficaz desta frente de 200 kilometros e uma profundidade de zona inimiga de 50 a 100 kilometros.

Para isso consideramos que cada grupo de aeroplanos não deve possuir uma frente de observação superior a 10 kilometros, e nestas condições o numero minimo de aeroplanos de que se deverá dispôr será de 20 por cada aerodromo; este material está ainda sujeito a frequentes baixas, a maior parte das vezes por avarias insignificantes, mas suficientes para pôr o aparelho fóra de serviço um ou dois dias, e por isso julgamos conveniente aumentar o numero de 50 por cento, donde resulta chegar-se á cifra de 30 aeroplanos, que provavelmente bastarão para o serviço que compete a cada aerodromo.

Constitue o aerodromo de campanha, pela fórma que fica dito, uma unidade de character perfeitamente definido na delimitação da sua missão, e á sua frente deverá ser colocado um chefe de reconhecida competencia.

Corresponder-se-ha directamente com o chefe da aviação adstrito ao quartel general, tanto para transmitir noticias como para receber ordens, e incumbirá cada unidade ou agrupamento ás suas ordens das missões que julgar convenientes para alcançar o objectivo de conjunto que lhe fôr designado pelo alto comando, tendo especial cuidado em aproveitar as aptidões do pessoal do aerodromo por fórma que se consiga o maior rendimento.

Os aerodromos de campanha estarão em comunicação telegraphica directa com o quartel general. Deverão dispôr de sufficiente material de reserva para as avarias mais vulgares, e de elementos de reparação, mas tendo sempre em conta que tudo isto ha-de ser em pequena escala, pois as avarias importantes devem reparar-se em oficinas estabelecidas de modo permanente em territorio nacional, para onde se remeterão os aparelhos deteriorados, utilizando a via aerea, se fôr possivel. Uma vez reparados, voltarão os aparelhos ao serviço, seguindo pela via aerea das oficinas ou centros de aviação para os aerodromos de campanha.

Uma circumstancia a que se deve atender na escolha do aerodromo de campanha é a conveniencia de que, quanto ao local, haja industria aproveitavel para facilitar reparações, quer seja em motores ou carpintaria.

Como unidade inferior, e quasi sem mais razão de existencia que o fraccionamento do comando, constituem-se as esquadri-lhas com 6 ou 8 aparelhos, todos do mesmo tipo. Correspon-dem, portanto, 5 esquadrilhas a cada aerodromo de campanha, organizado como anteriormente foi dito.

No exposto, tomou-se, como base de organização, a missão de observação por ser maior a sua preponderancia que a acção offensiva. Como o numero de aparelhos destinados a esta ha-de ser menor, convindo que o seu raio de acção seja grande, a organização das unidades deste character deverá subordinar-se á anterior, agregando uma esquadrilha de combate a cada aerodromo de campanha, cujos aparelhos poderão em-pegar-se, se as circunstancias o permitirem, em serviços de observação longinqua, sem prejuizo de concorrer com as esquadrilhas de combate de outros aerodromos no ataque dos objectivos que se designem.

Poderá convir, em circunstancias especiais, destacar uma esquadrilha independente, afecta a unidades do exercito que operem em teatros separados do principal; tal succede em cam-panhas coloniais, mas isto será circumstancial, e o normal ha-de ser o seu agrupamento com outros para constituir o aero-dromo de campanha.

Em resumo: podemos considerar organizado o serviço de aviação em campanha em duas linhas, uma de serviço, pro-priamente dito, formada pelos aeroplanos de campanha esta-belecidos a 25 ou 50 kilometros da linha de combate, e a 200 kilometros entre si, dotados de 5 ou 6 esquadrilhas (uma de combate) e ligarão elementos de sobressalente e reparação em contacto directo com o chefe de aviação no quartel general, e a segunda linha em territorio nacional, estabelecida desde o tempo de paz, constituída por centros de industrias e depo-sito de aeroplanos e elementos de aviação destinados á subs-tituição e reparação dos elementos da primeira, com cujas uni-dades deve estar em comunicação por via ferrea.

Além disso, convirá ás vezes, no caso de rapido avanço do nosso exercito, e a fim de evitar a influencia de continuas flu-tuações da linha de combate, estabelecer na vanguarda dos aeroplanos de campanha outros eventuais, destinados unica-mente a servir de pontos de étape, onde os aparelhos podem aterrar e munir-se de elementos para prolongar o raio de

acção de campanha, e para isso bastará dispôr de campo apropriado para aterrizar e elevar-se facilmente, e de deposito de essencias, bombas, etc.

Da mesma maneira se estabelecerão á rectaguarda outros pontos de étape, em iguais condições, para facilitar a comunicação aerea com os centros de aviação nacionais, de que recebem elementos.

Uns e outros poderão transformar-se, se reunirem as condições, em aerodromos de campanha quando se avance ou retroceda.

Tradução da *Information Militar del Etranjero*, por R.

## Sobre uma formula de balística

Foi ha muitos anos publicado n'esta *Revista* (1.<sup>a</sup> serie, t. xxxv, 1883, p. 385-390, 421-427, 465-472, 489-496) um resumo duma notavel memoria sobre a teoria da balística que um talentoso alferes-aluno de artilharia, de nome José Manuel Rodrigues, apresentára ao concluir o seu curso, em 1882, á Academia das Sciencias de Lisboa, a qual a inseriu depois na collecção das suas *Memorias* (Nova serie, 1.<sup>a</sup> classe, 2.<sup>a</sup> parte, 1887).

Como se pode vêr, a pg. 424 do citado volume da *Revista Militar*, o auctor deduziu as expressões (formulas  $(p)$ ) das coordenadas da trajectoria e a inclinação tangencial em funcção da velocidade e da aceleração tangencial do movimento.

Siacci, artilheiro italiano de reputação universal, apreciando a Memoria, de J. M. Rodrigues, disse <sup>1</sup> que no tiro sob grande angulo de projecção as citadas formulas se tornavam illusorias quando o projectil atinge o ponto de velocidade minima, caso em que as funcções que Rodrigues fazia passar para fóra dos integraes se tornavam infinitas.

O general Siacci equivocou-se, como observei na monografia que em 1900 dei a lume sob o titulo: *Les mathématiques en Portugal au XIX siècle*, p. 106, e voltando ao asuto na 2.<sup>a</sup> edição desta obra (*Les mathématiques en Portugal*, Coimbra, 1909), transcrevi, a p. 336-337, uma demonstração muito simples, que J. M. Rodrigues me forneceu ha 16 anos, pela qual se vê que a objecção de Siacci não tinha fundamento.

Rodrigues, além d'esta demonstração dera-me mais duas outras, uma das quais encerra a teoria do tiro curvo e a da

<sup>1</sup> *Rivista di artiglieria e genio*, Roma, 1885, vol. II, pg. 167.

retrogradação dos projecteis (assunto este ultimo de que tanto se occupou <sup>1</sup> o nosso illustre camarada), revelando mais do que aquillo que se queria, e por isso nunca a divulguei, a pedido do auctor, para ele poder, a todo o tempo, voltar ao assunto ali apenas esboçado.

Tendo, porém, falecido no mez passado José Manuel Rodrigues, que era professor no Instituto industrial e comercial do Porto, tendo o posto de coronel de artilharia, graduado, julgo dever agora tornar conhecido o calculo que por tão largo espaço de tempo conservei secreto.

\*

Ora, a primeira das formulas ( $p$ ), mencionadas a pag. 424 desta *Revista*, aquella que apenas nos basta considerar, é <sup>2</sup>:

$$x = \frac{1}{g} \int_v^{v_0} \frac{\cos \theta}{1 + \frac{\sin \theta}{f(v)}} \cdot v \, dv$$

ou

$$x = c \int_v^{v_0} \frac{\cos \theta}{1 + w} \cdot v \, dv$$

onde para simpiicidade é  $w = \frac{\sin \theta}{f(v)}$ .

<sup>1</sup> *Theoria da retrogradação das trajectorias* («Revista das sciencias militares». t. I, 1885, p. 55-59, 105-112, 234-244, 337-352. *Trajectorias ellipticas* (Idem, t. V, 1887, p. 33-41), *Theoria da retrogradação dos projecteis* (Idem, t. VII, 1888, p. 80-98), *Nota sobre a theoria analytica da retrogradação dos projecteis* (Idem, t. VII, 1888, p. 227-230), *Balística analytica da retrogradação dos projecteis* (Idem, t. IX, 1889, p. 43-54) e *Movimento elliptico* (Idem, t. IX, 1890, p. 46-48).

<sup>2</sup> Mais tarde, em 1886, Rodrigues deduzindo-a por outra forma na *Revista das sciencias militares*, de que foi um dos fundadores, (t. II, p. 6) obteve esta expressão sob a forma quasi identica.

$$x = c \int_v^V \frac{\cos \theta}{1 + g c \cdot \frac{\sin \theta}{f(v)}} \cdot v \, dv$$

que em nada influe para as conclusões que se vão tirar.

Quando o projectil passar pelo ponto de velocidade minima, temos  $1 + w = 0$ ; a função sob o integral torna-se infinita, mas o integral é finito. Com efeito, decompondo a trajectoria em tres arcos (podiam ser só dois), o primeiro da origem ao vertice, o segundo do vertice ao ponto de velocidade minima, e o terceiro daí ao ponto de queda, temos:

$$\frac{x}{c} = \int_{v_1}^{v_0} \frac{\cos \theta}{1+w} \cdot \frac{v dv}{f(v)} + \int_{v'}^{v_1} \frac{\cos \theta}{1-w} \cdot \frac{v dv}{f(v)} + \int_{v_2}^{v'} \frac{\cos \theta}{1-w} \cdot \frac{v dv}{f(v)}$$

onde  $v_0$  é a velocidade inicial,  $v_1$  a velocidade no vertice,  $v'$  a velocidade minima e  $v_2$  a velocidade restante.

No ramo ascendente é sempre  $\theta$  positivo e no descendente negativo e por isso  $w$  tem o signal — nos 2.º e 3.º integrais.

No primeiro integral a função é finita e está nos casos exigidos pelo 1.º theorema de media<sup>1</sup>, e temos por isso:

$$\frac{x}{c} = k \int_{v_1}^{v_0} \frac{v dv}{f(v)} + \int_{v'}^{v_1} \frac{\cos \theta}{1-w} \cdot \frac{v dv}{f(v)} + \int_{v_2}^{v'} \frac{\cos \theta}{1-w} \cdot \frac{v dv}{f(v)} \dots \dots (1)$$

<sup>1</sup>No calculo integral ha um principio que ha um quarto de seculo passava quasi despercebido, que é, a bem dizer, o mais fecundo e aquelle de que mais ha a esperar com os progressos da analyse. E' o chamado *teorema da media*. Hoje já se encontra em quasi todos os livros de calculo e os analistas começam a ver o futuro que lhe está reservado. Agora ha já dois theoremas conhecidos pelo nome de 1.º theorema da media e de 2.º theorema da media, que tem grandes vantagens sobre o primeiro.

Rodrigues, vendo no theorema da media que se exprime pela formula

$$\int_a^b f(x) \cdot \varphi(x) \cdot dx = k \int_a^b \varphi(x) \cdot dx$$

sendo  $k = \text{val. med. } f(x)$ , ou como se diz hoje, para evitar confusões, *um valor intermedio* entre o minimo e o maximo dos valores de  $f(x)$ , (se as funções  $\varphi$  e  $f$  forem finitas e continuas e não mudar a função  $f$  de signal entre os limites da integração), um principio fecundo da analyse, teve a ideia de o applicar á integração das equações da balística. Foi a origem da memoria apresentada á Academia das sciencias de Lisboa.



A função  $\frac{\cos \theta}{1-w}$  é crescente e positiva desde  $\frac{\cos \theta_1}{1-w_1}$  até  $+\infty$  no segundo integral; a mesma função é decrescente desde  $+\infty$  até  $\frac{\cos \theta_2}{1-w_2}$  no terceiro, e pode ser sempre positiva ou negativa segundo fôr  $w < 1$  ou  $w > 1$ .

Nos projecteis em uso, tanto na artilharia como nas armas portateis, é sempre neste caso  $w < 1$ , só nos projecteis que retrogradam é que se dá a segunda hipotese  $w > 1$ . Mas em qualquer dos casos a função  $\frac{\cos \theta}{1-w}$  conserva sempre o mesmo sinal, ou positivo ou negativo.

Podemos, pois, aplicar o 2.º teorema da media, considerando só o 1.º caso, o que dá

$$\frac{x}{c} = k \int_{v_1}^{v_0} \frac{v dv}{f(v)} + \frac{\cos \theta_1}{1-w_1} \int_{v_1'}^{v_1} \frac{v dv}{f(v)} + \frac{\cos \theta_2}{1-w_2} \int_{v_2}^{v_1''} \frac{v dv}{f(v)}$$

sendo

$$v_1 > v_1' > v' \quad \text{e} \quad v' < v_1'' < v_2$$

e pondo

$$D(v) = \int \frac{v dv}{f(v)}$$

resulta finalmente

$$\frac{x}{c} = k [D(v_0) - D(v_1)] + k_1 [D(v_1) - D(v_1')] + k_2 [D(v_1'') - D(v_2)]$$

onde

$$k_1 = \frac{\cos \theta_1}{1-w_1} \quad \text{e} \quad k_2 = \frac{\cos \theta_2}{1-w_2}$$

e  $k$  um valor medio de  $\frac{\cos \theta}{1-w}$ . Logo, o integral é finito e bem determinado, como bem devia ser. Esta formula dá o alcance nos problemas de tiro curvo, onde

$$v_1' = v' + \alpha(v_1 - v') \quad \text{e} \quad v_1'' = v + \alpha'(v - v')$$

sendo  $\alpha$  e  $\alpha'$  comprehendidos entre 0 e 1.

Do mesmo modo se decompõe os outros integrais, que são os elementos da trajectoria.

Por aqui se vê a dificuldade dos problemas de tiro curvo

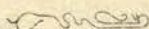
e ao mesmo tempo a razão porque todos os métodos balísticos falham, não dando resultados satisfatórios, ao passo que o de Rodrigues põe a dificuldade em evidencia, e ao mesmo tempo conduz á solução.


A expressão (1) abrange a teoria do tiro curvo e a da retrogradação dos projecteis de Rodrigues, pois que se o terceiro integral tiver o signal *menos* é evidente que  $x$  diminue quando o projectil passa do ponto de velocidade minima até ao ponto de queda, e por isso retrograda nesta parte do ramo descendente. E' nisto que está o segredo da retrogradação e que ainda não foi posto em evidencia, ao que parece, por ninguém. Além disso, ha ainda a applicação do 2.º teorema da media que dá os coeficientes dos integrais perfeitamente bem determinados, o que não succede com o 1.º teorema.

Lisboa, 10 de Abril de 1916.

RODOLFO GUIMARÃES

Major de engenharia.





## General Luiz de Sousa Folque

Mais uma vez a empreza da *Revista Militar* acaba de ser atingida pela desapiedada garra da morte que lhe arrebatou o seu mais antigo consocio.

Faleceu o general de divisão reformado Luiz de Sousa Folque, decano dos officiais do exercito portuguez!

O illustre extinto, que completaria 98 anos de idade no dia 9 deste mez, assentou praça em 12 de setembro de 1834, sendo promovido a alferes para a arma de artilharia em 1 de julho de 1838, a tenente em 26 de novembro de 1840, a capitão em 19 de abril de 1847, a major em 29 do mesmo mez de 1851, a tenente-coronel em 9 de setembro de 1869, a coronel em 8 de julho de 1873, a general de brigada em 14 de setembro de 1883 e a general de divisão em 26 de fevereiro de 1890, reformando-se em 17 de janeiro de 1895.

Pertencia a uma familia de militares. Seu pai foi o general Pedro Folque, e fundador da geodesia em portugal. Era irmão de Filipe Folque, general de divisão, sabio professor de astronomia e geodesia da Escola Politecnica e a alma da Direcção Geral dos Trabalhos Geodesicos onde entrou, sendo capitão de engenharia (para suceder a seu pae) e se conservou até falecer em avançada idade.

O general Luiz de Souza Folque era actualmente o unico sobrevivente dos 27 officiais, como Fontes Pereira de Melo á frente, que fundaram a Empreza da *Revista Militar* em 1 de dezembro de 1848, e na qual desempenhou o cargo de vogal da Commissão revisora de contas nos anos de 1884 a 1904, e depois da fusão da *Revista Militar*, em 1905, com tres outros

jornais militares, foi vogal efectivo do Conselho fiscal desde 1905 a 1908.

Pela sua intelligencia e garbo militar, foi o general Folque uma figura de destaque no nosso meio, contando numerosas simpatias pela afabilidade de um fino trato e pelas suas belas qualidades de character.

Apezar de afastado do serviço activo ha mais de 20 anos, ainda recentemente se entregava á leitura de revistas militares estrangeiras, conservando-se assim ao corrente das mais modernas inovações introduzidas na arte da guerra.

Quando tenente esteve no Alto do Viso como official ás ordens do Conde de Vinhais, portando-se valentemente, sendo encarregado pelo comando de vir a Lisboa relatar os sucessos da campanha á rainha D. Maria II. Mais tarde foi incumbido duma comissão tecnica da sua arma, no campo de Chalons, em França, quando estava no auge de grandeza o imperio de Napoleão III.

No decorrer da sua longa carreira, brilhantemente se evidenciou no desempenho de muitas mais, e importantes, comissões de serviço publico, como a de comandante da Escola do Exercito.

O general Luiz Folque foi official ás ordens primeiramente, e ajudante de campo em seguida, do rei D. Luiz I e ajudante de campo do rei D. Carlos I, a cujo feretro fez o seu quarto de 2 horas, de pé, sem um desfalecimento, a despeito dos reiterados pedidos das rainhas para que descansasse. Tinha então 90 anos, a mesma idade em que seu pae dominava o resabiado cavalo em que montava, passando o Chiado. Gente de rija tempera física acompanhado de não menos intemerata rija moral esses Folques!

O finado general possuia as seguintes condecorações: Grã-cruz da extincta ordem de Aviz, da Corôa de Italia, de Isabel a Catolica, do Merito Militar de Espanha, da Corôa da Prussia, Grande officialato de S. Mauricio e S. Lazaro de Italia, Comendador da extincta ordem de Crísto, cruces da Legião de Honra, da Corôa de Ferro d'Austria, de Santa Anna da Rrussia, de Leopoldo da Belgica, de Carlos III de Espanha e cavaleiro da extincta ordem de S. Tiago, além das medaihas de ouro de bons serviços e comportamento exemplar.

Como se vê o general Luiz de Sousa Folque não era um

desconhecido. Das suas qualidades de trabalho uma parte importante dedicou á *Revista Militar*, pelo que aqui lhe prestamos o culto da nossa respeitosa homenagem.

A DIRECCÃO.

Opus oferecidas



Relatorio da Direcção do Alcaide dos Casas de Nossa Se...  
Indice das Disposições da Legislação Militar de Execu...  
Bolletim de Administração Militar, anno 2, N.º 1, Janeiro de 1915.

## Obras oferecidas

- 1 **Relatorio da Direcção do Asilo dos Cegos de Nossa Senhora da Saude**, relativo á gerencia do ano economico de 1914-1915. 1 opusc. (0<sup>m</sup>,22×0<sup>m</sup>,15), de 15 pag. Lisboa, 1916.

Por ser uma administração quasi exclusivamente militar, de quem tem sido e continúa a ser a alma, o nosso camarada e amigo Sr. General José dos Santos, costumamos dar anualmente conta da publicação do respectivo relatorio, no qual é sempre acusado o estado prospero do Asilo. Mais uma vez assim succedeu no ano findo, o que não é de admirar atenta a dedicação, intelligencia e probidade com que os respectivos administradores merecem a sua caritativa missão.

- 2 **Indice das Disposições da Legislação Militar de execução permanente**, em vigor em 31 de dezembro de 1915, por Eduardo Picaluga, tenente do Secretariado militar. Edição de 1916, 1 opus. (0<sup>m</sup>,23×0<sup>m</sup>,145) de 189 pag. Lisboa, 1916.

O titulo deste opusculo, e o conhecimento que das edições anteriores têm muitos dos nossos leitores, bastam para fazer conhecer a sua natureza e fins. É um excelente auxiliar para quantos necessitam manusear a legislação militar, indicando facil e prontamente as datas de cada diploma, em que se versam os distintos assuntos em cada um deles comprehendido. E' como que um indice da legislação ordenado por assuntos. Aumenta o valor da publicação o facto de serem anuais as edições, de modo que a ultima se avanta á anterior por conter referencias á legislação promulgada no intervalo de tempo decorrido entre ambas, o que representa sempre um importante auxilio aos estudiosos. Desejamos longa vida a esta util publicação.

- 3 **Boletim de Administração Militar**, — Ano 1. N.º 1, Janeiro de 1916.

Começou a ser publicado este *Boletim*, destinado a registar e comentar as profundas modificações porque em todos os países estão passando os serviços administrativos, tanto no tocante a material como respeitante á orientação geral. E' uma publicação de character tecnico, restrito a determinado serviço do exercito, que diz não pretender evadir a missão das revistas militares de character geral, cujo fim entende dever ser o

efectuar a ligação dos conhecimentos e progressos desenvolvidos nas diversas armas e serviços.

A colaboração do numero, que agora viu a luz publica, é variada, cuidadosa e interessante, o que não é de admirar. desde que o jornal se encontra sob a direcção do Sr. Coronel Arthur Botelho Lobo. que gosa, não sómente nos officiais do quadro de que faz parte, mas ainda nos das outras armas e serviços, de particular consideração e estima. A' nova publicação desejamos prosperidades.

**4 Sargentos. Revista dos Portugeses.** Publicação quinzenal. Ano 1. N.º 1. 16 de janeiro de 1916.

E' tambem um novo jornal, que viu a luz publica, do qual é director o Sr. Domingos da Cruz, deputado e 1.º sargento da Armada. Destina-se a promover o levantamento intelectual e moral do sargento português. Não podia escolher missão mais nobre e proveitosa. Tambem se propõe sustentar o que diz ser as legítimas reivindicações da classe, protestando fazê-lo com amor e respeito. Tambem não haverá procedimento mais digno. Por ambos os motivos desejamos ao novo periodico larga vida e fortuna.



# CRÓNICA MILITAR

## Alemanha

**Casa Krupp.** — Para abastecer a Alemanha de todos os seus elementos de luta, existem as famosas oficinas Krupp, a maior fabrica de canhões conhecida. Situada 60 milhas a noroeste da fronteira belga, e, com o território da Belgica, ocupado pelos alemães, estas oficinas estão relativamente a salvo dum ataque inimigo.

Tendo começado na sua origem por ser uma pequena serralharia, a Companhia Krupp, conta agora com um capital de 312.000:000 milhões de francos, com mais de 15 companhias subsidiarias e umas 500 sucursais na Alemanha e outros países da Europa.

As oficinas Krupp compreendem 5 grupos separados, o principal dos quais é em Essen, com campos de experiencia em Meppen, Hangers Hüte e Essen; estas oficinas abrangem uma extensão de 200 hectares e encerram 7:200 maquinas.

Todo o estabelecimento consumiu três milhões de toneladas de carvão no ultimo ano.

O segundo grupo destas oficinas é o de Friedrich Alberto, em Rheinhausen, que se dedica ao trabalho do ferro, com 6 fornos de fundição. O terceiro é constituído pela fabrica d'aço de Annen, que produz até 25 toneladas. O quarto está em Magdeburgo Buckau, e dedica-se á construção de maquinas, compreendendo mais de 50 locais, distribuidos em uma área de 30 hectares, com mais de 1:850 maquinas de todas as especies.

Ao quinto grupo (Artilheiros Germania) corresponde a secção naval de Kiel, com 8 diques, dos quais dois podem acomodar navios até 725 pés: Em época normal, além do material de guerra, a casa Krupp produz material para caminhos de ferro, automoveis e outros produtos d'aço.

A obra prima das oficinas Krupp, foi o famoso morteiro de 42, que assombrou o mundo com a sua aparição no começo da guerra atual. O segredo com que se levou a cabo a construção e as experiencias desta peça, acredita a lealdade dos empregados da casa, lealdade que é devidamente estimulada com bons jornais.

Na atualidade todas as energias da casa Krupp estão concentradas na produção de material de guerra, empregando a respeitavel cifra de 46:000 homens, alguns dos quais tem sido chamados á linha de fogo.

**Organização aeronautica.** — Dois officiais, um piloto e um observador alemães, capturados na parte noroeste da zona de combate russa, por se terem



visto na necessidade d'aterrar por causa das avarias causadas por um estilhaço de shrapnel no Albatroz que tripulavam, deram a um redactor do *Russkoje Slovo*, interessantes pormenores sobre a organização do serviço aeronautico no exercito alemão.

Dispõe este de três especies de aeroplanos de campanha. Á primeira pertencem os aparelhos exploradores, caracterizados pela sua solida construção, condições de resistencia e a sua grande capacidade para o transporte de combustível. Os aeroplanos deste tipo permitem efectuar reconhecimentos a grandes distancias. A maior parte delles adotam a forma de biplanos, tipo Albatroz, mais moveis que os Taubes, e que substituem estes em crescente proporção.

Desde ha pouco, empregam os alemães aparelhos de alas transparentes, impregnadas duma substancia cuja composição se ignora. Tambem esta transparencia das alas não os torua completamente invisiveis, torna-se difficil o calculo exato da altura a que se encontram, apresentando-o á maior elevação aparente e diminuindo o alvo.

Constituem o 2.º grupo, aeroplanos destinados ao ataque de aparelhos inimigos e á luta com eles. A este grupo pertence um aeroplano de novo sistema, com duas caudas, entre as quais vai a barquinha couraçada, munida de duas metralhadoras adiante e outras duas atraz. Estes aeroplanos, como os Albatroz, formam dois motores de 250 cavalos.

Entre os monoplanos deste grupo, ha aparelhos do sistema Ficker, com metralhadoras que atiram atravez da helice.

Dos aeroplanos destruidores, faz parte um novissimo tipo que os aviadores alemães não teem querido descrever, por se tratar de um segredo militar. Estes aeroplanos, muito apreciados pelo Estado maior alemão, permanecem sempre á retaguarda das linhas alemãs, e a sua missão especial consiste na defesa contra as esquadilhas inimigas.

Á terceira categoria, pertencem os aeroplanos com telegrafia sem fios; servem para corrigir o tiro de artilharia e para outros sinais.

Segundo dizem os aviadores prisioneiros, na Alemanha nota-se com frequencia a falta de benzina e de oleos para a lubrificação dos motores. A dura necessidade de economisar estas materias, explica a redução visivel da actividade dos aviadores alemães.

## Estados-Unidos

**Aeroplanos para a defesa de costas.** — O sr. John Hais Hammond, conhecido engenheiro norte-americano, submeteu á consideração do *Aero Club* da America, um plano engenhoso para a defesa de costas, valendo-se de aeroplanos, em combinação com a radiotelegrafia. Ao propô-lo, exprime-se nos seguintes termos:

«Tenho o firme convencimento de que da combinação destes dois ramos da sciencia, pode saír um sistema eficaz para proteger o nosso territorio contra uma possivel invasão, suprimindo assim as deficiencias que hoje impõe a nossa grande extensão de costas e o excesso audaz dos barcos de guerra com que contamos.

«Os propositos dos nossos inimigos só podem ser descobertos por uma

bem entendida informação aerea, que dê tempo ás nossas reduzidas forças para acudir aos sitios de perigo. Para isso sugere-me o seguinte plano, que, em meu entender, alega toda a possibilidade dum ataque por surpresa ao nosso territorio.

«Restringindo-me á nossa costa oriental, considero-a dividida em 5 zonas, de umas 50 milhas de raio cada uma, dotando todas elas com um aeroplano explorador, munido de aparelhos de radiotelegrafia, com umas 60 milhas d'alcance, que lhes permita comunicar com a sua correspondente estação fixa, que se estabeleceria no centro aproximado de cada zona, com comunicação telegrafica ou telefonica, por sua vez, com a rede permanente do territorio.

«E' evidente, que com este procedimento, qualquer movimento de barcos inimigos pode ser rapidamente descoberto, dando tempo a concêntrar as nossas forças nos pontos necessarios.

«O plano completo de defesa poderá compreender: as cinco zonas já enumeradas, para a porção de costa que se estende entre New-York e o monte Desert; 17 mais desde New-York á fronteira mexicana e 11 na costa do Pacifico: sendo necessario, portanto, 33 aeroplanos exploradores para fazer frente a todas as fronteiras. Claro está, que se o perigo avançar só por uma delas, aqueles poderão acudir como reserva aos aparelhos que tiverem de se utilizar nas outras».

#### **Até que ponto podem os Estados-Unidos fabricar armas e munições? —**

Por qualquer guerra em que este país se possa vêr comprometido, talvez possa obter armamento em outras nações, mas a prudencia mais elementar aconselha que cada país conte com umas reservas proprias, quando se trata desta especie de material.

Para um exercito de um milhão de homens, cifra que sendo a que seria necessario para se opôr a qualquer invasão, deve-se contar, no momento de se romperem as hostilidades, com 4 milhões de espingardas, 1:200 metralhadoras, 8 biliões de cartuchos, 4:000 canhões de campanha, e 8 milhões de projecteis para estes canhões.

A capacidade produtora dos Estados-Unidos, deve estar em condições de substituir estas munições todos os meses, e as espingardas e canhões depois de passados dois anos.

Ha um ano, as fabricas particulares em condições de poder construir canhões, não podiam abastecer mais de 400 peças por ano, e os arsenais de que o governo dispõe, alcançavam sómente igual produção. Com estes meios seriam precisos 10 anos para produzir as necessarias munições de artilharia, e quanto aos projecteis para espingarda, só se teria podido proporcionar a centesima parte da quantidade precisa.

A Inglaterra aumentou a sua capacidade produtora de munições de 16 vezes a que tinha ha um ano, a ponto de que qualquer fabrica que possuísse as necessarias ferramentas, foi mobilizada com o fim de produzir munições.

O mesmo está sucedendo, até certo ponto, nos Estados-Unidos, para satisfazer aos pedidos que dos países beligerantes lhe chegam.

Os meios de que antes dispunham para fabricar canhões e explosivos, tambem aumentaram em uma escala surpreendente. A Companhia Du Pont Powder, destinada ao iabrico de polvoras, elevou a sua produção a dez vezes

o que dantes tinha. A Westinghouse Electric and Nig C<sup>o</sup>, comprou novos terrenos para ampliar as suas oficinas. Fabricas que nunca se haviam destinado á construção de projecteis para artilharia, consagram hoje a este ramo todas as suas actividades.

Muitas companhias, particularmente nos distritos fabris de Detroeit, Columbus, Claveland, Toledo e Pittsburgh, entregam-se ao fabrico de projecteis.

Atualmente, ha 50 fabricas dedicadas a este trabalho, ao passo que ha um ano existiam apenas 10. Para a construção de espoletas ha tambem 6 fabricas, e quanto a polvoras, além da Du Pent, ha outras.

E' difficil precisar neste momento qual é a produção dos Estados-Unidos, mas pode-se calcular em umas cem vezes aquella que obtinha antes de poder contar com os elementos de que precisavam para não depender doutros países.

Tambem se torna difficil fazer um calculo, embora aproximado, da quantidade de munições que estão sendo fornecidas pela America, para a atual guerra, mas provavelmente o numero, não excede 25:000 projecteis de artilharia e 50 milhões de cartuchos por mês, numeros insignificantes em relação ás requisições que a guerra impõe.

## Italia

**Os italianos na Albania.** — Não obstante a impaciencia e a excitação nervosa da imprensa italiana, as autoridades ocultam, até aos detalhes mais insignificantes, as operações na Albania, que, apesar de tal reserva, justificada pelas circunstancias, são conhecidas em termos gerais.

Não se ignora, por exemplo, que para a construção de estradas as tropas teem encontrado grandes dificuldades.

Trata-se de um terreno muito cortado. No interior do país elevam-se altas montanhas, e quanto á parte plana, está coberta de lagôas e pantanos, sendo atravessada por varios rios.

Tem-se efectuado esse trabalho sem perder um momento, ás vezes sob a proteção das esquadras aliadas, e sempre contrariado o trabalho pelo mau tempo e chuvas torrenciais.

Além disso, tem-se tratado de reparar as estradas ja existentes, e sobretudo a de Durazzo a El Bassen.

Todos estes trabalhos tecnicos e praticos, que facilitam e asseguram os movimentos das tropas italianas e servias causaram excelente efeito moral nas povoações albanêsas, que se veem auxiliadas e protegidas.

Essad Pachá, tinha-se mostrado sempre fiel aos italianos; mas era-lhe indispensavel a presença destes ultimos, para arrastar os seus soldados, antes que ele e os seus partidarios fôssem anulados pelas intrigas austro-turcas.

A chegada metódica dos italianos a Durazzo e a El Bassen, por caminhos assegurados, proporciona a Essad Pachá eficaz base, que afirma a sua autoridade perante os albaneses e lhe permite concentrar um exercito muito importante para o associar aos italianos e aos servios.

Formou-se já um cordão de tropas que asseguram o aprovisionamento, difficil e complicado, no entanto, por causa da persistente chuva, e além disso pelo extraordinario numero de bôcas que ha a alimentar, numa região onde

se carece de tudo, até ao ponto de que os albaneses se acham tão necessitados de auxilio como os refugiados servios.

Esse esforço, rializa o exercito italiano na Albania com a cooperação dos barcos de guerra aliados que sulcam o Adriatico.

## **Inglaterra**

**Sobre a espingarda automatica do futuro.** — O proposito de dotar a infantaria com espingarda automatica é uma questão aberta á discussão. A grande guerra surgiu sem que em nenhum país se tenha operado a substituição radical que na infantaria supre esta especie de armamento.

A espingarda atual alcançou já um tal grau de perfeição, que o primeiro passo que se dê necessariamente ha-de conduzir á espingarda automatica. Algumas das grandes nações tem já os seus modêlos terminados, e até se assegura que a França, quando estalou a guerra, havia decidido a sua adoção para logo que concluísse a reorganização da artilharia de campanha e os destacamentos de metralhadoras.

A mudança de armamento na infantaria, representa uma enorme despesa; mas, o que é natural se procure, antes d'acudir a ele, é aumentar a eficacia da antiga espingarda melhoradas as suas condições balísticas. E isto é o que rialmente se vinha fazendo nos principais exercitos durante os ultimos 5 anos.

Os principais requisitos a que deve satisfazer uma espingarda automatica que seja adaptavel ás necessidades da infantaria, são duas: 1.<sup>a</sup> ser suficientemente ligeira para que possa acompanha-la em todos os momentos e por toda a especie de terrenos; 2.<sup>a</sup> que o municamento seja facil, afim de que a arma corresponda ás necessidades da sua característica especial de rapidez de fogo.

Esta ultima condição é certamente a mais exigente, por arrastar uma modificação radical nos sistemas de municamento conhecidos. Ao passo que uma companhia de infantaria tem hoje um carro de munições, e em alguns exercitos uma ou duas mulas de carga, para transportar a sua dotação de munições, o municamento da espingarda automatica exige o serviço de varios homens e uns tantos animais de transportes, o qual vem a limitar o numero d'armas desta especie a destinar á infantaria.

Como solução intermedia, provavelmente se chegará a ter uma divisão de infantaria constituída em duas partes: uma com a espingarda atual, representando a mobilidade, e dotada a outra com a espingarda automatica, que proporcionará a maior potencia de fogo que se procura.

Recentemente dotou-se a infantaria, para a luta a curtas distancias, com bombas portateis e granadas de mão e de espingarda. Antes da guerra, este material estava ainda em periodo de experimentação, havendo grande numero de modêlos e projectos, sem se ter chegado á adoção de um determinado, não obstante aparecer já indicado o seu emprego nos regulamentos tácticos. Mas com a experiencia da atual campanha, seguramente se determinarão os procedimentos definitivos que se terão de seguir, aumentando com isso o efeito do fogo da infantaria sem necessidade de recorrer a uma mudança radical no seu armamento.

Como resumo do que fica dito, cabe, pois, estabelecer até onde se tem chegado em melhorar o armamento para a infantaria. O processo seguido no

aperfeiçoamento da espingarda, trouxe consigo o modelo hoje uzado em todos os exercitos, tendo-se reduzido os ultimos aperfeiçoamentos com melhoras de detalhe nos depositos. Quanto a cartuchos, chegou-se á bala em ponta e a uma maior potencia nas polvoras empregadas, o que proporciona maiores velocidades iniciais.

Neste terreno, ha ainda um largo campo aberto á perfeição, e a explorá-lo se dedicam os tecnicos de todos os países. A potencia de fogo da infantaria, foi consideravelmente aumentada com a adoção das metralhadoras, e com a generalização das granadas de mão se fez frente ás necessidades do combate proximo.

Por todas estas razões poder-se-ha talvez afirmar que a adoção da espingarda automatica é questão que pertence ao futuro. Mas, o que se pode assegurar é que se a espingarda automatica chegar a substituir a atual, exigirá um tão consideravel aumento nos trens de combate da infantaria, que a tatica desta arma tem de ser remodelada, até ao momento em que a sua mobilidade e poder ofensivo sejam materialmente modificados.

## Japão

**O exercito.**— Está ele continuando a atraír a atenção de todos os países desde a guerra da Mandchuria.

Apezar das dificuldades financeiras daquele país, levaram-se a cabo grandes reformas, e desde então o Japão duplicou quasi o seu poder militar e marítimo.

1— *Esforço rializado pelo Japão na guerra da Mandchuria.*— Ao romper-se as hostilidades, o seu exercito compunha-se de 200:000 homens no activo, um exercito de reserva (kobi), um exercito territorial (kokumin), e os depositos. O exercito activo compunha-se de 13 divisões, duas brigadas de cavalaria independente, outras duas de artilharia independente tambem, e 65 companhias de artilharia de praça.

Em caso de mobilização, este exercito podia alcançar a cifra de 340:000 homens; o de reserva, uns 100:000; o territorial, incluindo as praças ausentes do territorio, uns 90:000, todos instruidos; e os depositos 800:000, dos quais só uns 80:000 com instrução.

Naquela guerra teve o Japão, em numeros redondos, 47:500 mortos, 11:500 outros mais em resultado dos ferimentos e 27:200 por doença, ou sejam no total 86:200; além disso ficaram feridos gravemente uns 240:000 homens, dos quais 30:000 ficaram invalidos.

O custo total da guerra subiu a 1.508.472:538 yens, elevando-se o custo médio diario por homem a uns 55 centimos. O governo negociou emprestimos no estrangeiro no valor de 1.320:000:000 yens e outros no país que alcançaram a cifra de 680.000:000 yens. A divida nacional, depois da guerra, importou em 2.154.098:000 yens.

*Programa da expansão depois da guerra.*— Ao findar esta, o exercito mobilizado compunha-se de 17 divisões, duas brigadas de cavalaria independente, outras duas de artilharia, tambem independente, 19 batalhões de artilharia de praça, um batalhão de caminhos de ferro, uma companhia de telegrafos e uma secção de acostação.

O aumento proposto desde então pelo Estado maior, não se conhece com exactidão, mas provavelmente sobe a 8 novas divisões, embora o programa proposto pelo governo ao Parlamento fôsse muito menor.

A eficiencia da cavalaria aumentou consideravelmente, e a artilharia de campanha foi reorganizada por completo. O nome de artilharia de fortaleza foi substituído pelo de artilharia pezada. O uniforme vai ser mudado gradualmente, para substituir as côres escuras pelo kaki. Construíram-se novos quartéis e os campos de instrução foram ampliados consideravelmente.

*O exercito em tempo de paz.*—O imperador exerce o poder executivo com os seus ministros responsaveis, residindo o legislativo na Dieta imperial, com a condição de que todas as leis levem a sanção do imperador.

O serviço é pessoal e obrigatorio para toda a povoação másculina, compreendida entre as idades de 17 a 40 anos. A duração do serviço no exercito activo é de 3 anos; na primeira reserva, de 4 anos e 4 meses; no exercito de deposito, de 12 anos e 4 meses, e no territorial, de 2 anos e 8 meses a 7 anos e 8 meses.

Os mancebos são grupados em 5 classes distintas, admitindo-se certas exceções, as quais se tornam extensivas aos mancebos de cujo trabalho depende o sustento das suas familias. Certa classe de estudantes está também isenta do serviço, o que não obsta que alguns deles se alistem como voluntarios.

O recrutamento de officiaes é feito pela Academia central militar.

Ha uma escola de applicação para officiaes de infantaria em Toyama; outra da mesma classe para cavalaria em Tokio; uma escola d'applicação para a artilharia e engenharia; duas escolas de tiro, sendo uma para a artilharia de campanha e outra para a artilharia pezada, e uma Escola superior de guerra.

Em 1910 havia 264 officiaes, procedentes da Academia central militar e 715 das outras escolas.

*Armamento e munições.*—A espingarda da infantaria é do modêlo 1905, com baioneta; tem 6,5<sup>mm</sup> de calibre, podendo alojar no seu deposito 5 cartuchos. O seu peso completo, carregada, não passa de 4:055<sup>kg</sup>. A graduación da alça chega a 2:400 metros. Cada praça leva consigo 200 cartuchos e algumas conduzem, além disso, granadas de mão. Os officiaes uzam espada e pistola.

A cavalaria está armada com carabina, com baioneta, de calibre igual ao da espingarda da infantaria, embora mais curta, como é natural, e, por conseguinte, mais leve. Cada soldado leva uma dotação de 105 cartuchos, e possui uma espada muito leve e curva. Os officiaes uzam espada e revolver.

O armamento dos engenheiros é o mesmo da infantaria, e nas tropas do corpo de trem, as praças montadas teem o mesmo armamento que a cavalaria, sendo igual ao da infantaria o das praças apeadas.

Na artilharia de campanha, a espada é direita.

A peça é de 75<sup>mm</sup>, de tiro rapido, modêlo 1905, sendo o seu alcance máximo de 7:350<sup>m</sup>.

Os armões e carros conduzem 135 projecteis, havendo além disso, uma reserva regimental que faz elevar esta cifra a 211 tiros por peça.

Na artilharia a cavalo é adotada a mesma peça, mas de modêlo posterior (1909). A artilharia de montanha dispõe de peças do mesmo calibre, sómente o seu comprimento é de 14 calibres, e o peso total do canhão uns 500<sup>kg</sup>, que

é distribuído por 6 cavalos de carga, cada um dos quais conduz, além disso, 14 projecteis.

A artilharia pezada de campanha, possui três especies de canhões de tiro rapido: um de 10,5 cent., um obuz de 12 e outro de 15.

### DIVERSOS

**Balanço metalico dos beligerantes.** — O sr. Francis Laur, calculou que no 1.º de janeiro do corrente ano, tinham:

Alemanha: 2.616.000:000 francos.

Austria: Não se conhece o seu alcance em ouro desde 23 de julho, em cuja data era de 1.299.795:000 francos. Essa soma deve ter diminuído consideravelmente.

Russia: Em 29 de dezembro havia no Banco da Russia 4.740.160:000 francos, ou seja uma cifra maior que a dos imperios centrais reunidos.

Inglaterra: Em 9 de dezembro, o Banco de Inglaterra tinha em caixa 2.199.800.000 francos.

França: Em 24 de dezembro, possuía a França em oiro o dobro da Inglaterra, ou seja 4.358.500:000 francos.

No total, a aliança austro-alemã tinha pouco mais que 3.130.000:000 francos e os três aliados pouco mais de 11.000.000:000 francos.

O sr. Laur, observa além disso, que, em 5 de dezembro, a quantia de que dispõem os aliados aumentou de cerca de 400 milhões de francos.

**Automobilismo militar.** — Não se deve pretender que uma nação de escassos recursos tenha dispostos em tempo de paz todos os elementos em pessoal e material de automoveis que o seu exercito haja de necessitar em caso de guerra.

Ele representaria um dispendio mais crescido do que muitos supõem. Para sustentar de um modo constante o serviço de automoveis correspondente a um exercito de 100:000 homens, seria preciso efectuar um dispendio inicial de uns 30 ou 40 milhões de francos, pois além de adquirir um milhar de veículos, haveria a arrecadá-los, construindo para esse efeito os precisos barracões, dotando-os de pessoal permanente, peças de sobreçalente e artigos de immediato consumo. Ao custo inicial haveria a acrescentar nos orçamentos anuais do Ministerio da Guerra, uma importante verba para o custeamento dos ditos automoveis. Todo esse labor, e o sacrificio pecuniario feito pela nação, ficariam desaproveitados se, quando chegasse o momento de colher o fruto, se encontrasse o exercito com um material anticuado ou inutil; e isto é possível, porque os progressos do automobilismo são de tal natureza, que os modêlos considerados muito bons ha 6 ou 8 anos, caíram já em desuso, de modo que preparar desde o tempo de paz todo o serviço de automoveis que sejam necessarios em caso de guerra, não é recomendavel sob o ponto de vista economico.

Confiada a Inglaterra no prospero estado da sua industria, assim como nas enormes dificuldades que representaria a invasão das suas ilhas por um exercito estrangeiro, não faz sentido a necessidade de ter organizado em tempo de paz o automobilismo militar, e, como consequencia, as aquisições

de veículos e os estudos e experiências efectuadas pelo departamento de guerra não tiveram a importância dos verificados pela França e Alemanha, merecendo citar-se entre aqueles o transporte de 1:000 homens, totalmente equipados, de Londres a Hartings, ou seja um percurso de 100 quilómetros, feito em 3 horas por 300 viaturas que proporcionou a Associação de automóveis. Uma vez, porém, declarada a guerra, e logo que o exército de French começou a preparar o seu desembarque no continente, improvisou-se com verdadeiro luxo o automobilismo militar, tendo comprado ou alugado os veículos correspondentes.

Depois, os particulares e diversas sociedades, como a Cruz Vermelha, cederam numerosos automóveis, que o governo completou adquirindo muitos milhares procedentes de fabricas nacionais e americanas.

Segundo uma recente estatística oficial, desde junho de 1914 a igual mês de 1915, os Estados-Unidos da America, venderam 5:441 automóveis á França e 13:934 á Inglaterra. O recrutamento dos mecanico-automobilistas fez-se, como no resto do exército, recorrendo ao voluntariado, sendo o seu premio diario equivalente a 8 francos.

A França, a Alemanha e a Austria, e quasi todas as nações da Europa, resolveram o problema de organizar o automobilismo em campanha, recorrendo a um processo mixto, consistindo em que os seus exercitos possuam determinada quantidade de veículos e material apropriado para as experiencias, manobras e instrução de mecanicos, recorrendo em caso de guerra á requisição, com o fim de organizar então o serviço total.

O extraordinario trafico de automóveis, produz rapidamente grave deterioração nas estradas, dificultando a circulação e ocasionando frequentes avarias nas viaturas.

Poucos meses depois de começar o actual conflito, publicava uma revista inglesa, uma planta da região meridional da Grã-Bretanha, onde, a tinta escura, se designavam os numerosos sitios que, devido ao excesso de circulação de automóveis, se achavam intransitaveis as vias ordinarias que iam dar a muitos pontos do canal da Mancha. Embora esta deterioração prematura das estradas estivesse prevista, as realidades da guerra excederam a das previsões feitas na época de paz, e aquelas são de tal importancia, que precisam estar preparados para as remediar.

Pelo que respeita ás dimensões dos veículos destinados ao transporte de artigos militares, existem duas tendencias, que na actualidade se acham respectivamente, patrocinadas pela Alemanha e Inglaterra; a primeira é partidaria dos grandes camions, que transportam 4 ou mais toneladas de carga util, enquanto que a segunda parece inclinar-se a favor dos pequenos camions, que conduzem cêrca de duas toneladas.

Ha fortes argumentos, a favor de uma ou outra tendencia, sendo, porém, em estradas de reduzido numero de quilómetros, de presumir que, em tempo de guerra, os camions pequenos dêem melhor resultado que os grandes.

No estrangeiro usam-se automóveis militares que pesam 10 toneladas, e como era de supôr, o emprego na guerra destas grandes cargas em movimento influiria na esquadria das pontes militares.



## II

## PARTE MARITIMA

**O barco mais poderoso do mundo.**—E'-o, assim como o maior de quantos sulcam os mares, o barco *Fuso* da marinha japonêsa. Desloca 31:500 toneladas ; a sua velocidade é de 22 milhas por hora ; dispõe de 12 peças de 356<sup>mm</sup>, 16 de 152, 12 de 76 e 8 tubos lança-torpedos. A sua força motriz é de 45:000 cavalos ; a sua couraça tem uma espessura que oscila entre 350 e 100 milímetros. Foi lançado ao mar em 1913.

**Estudo comparativo do poder naval da Inglaterra e da Alemanha.**—Com Trafalgar, a Inglaterra viu-se livre do perigo duma invasão. A partir daquela vitoria reinou sempre nos mares, e até á ultima decada ninguem lhe disputou esta supremacia.

O seu poder marítimo permitiu-lhe conservar as suas comunicações durante a guerra da Crimeia, o motim da Índia e a guerra do Sul da Africa ; o incessante progresso das suas relações industriais continuou a manifestar-se desde então, e aqui está o verdadeiro germen que torna as guerras mundiais não só prováveis como quasi inevitáveis. Bernhardi aponta duas razões pelas quais a guerra deve ser considerada como uma necessidade biologica : a limitação da superficie da terra e o facto de que as diferentes nações disputam a supremacia industrial.

As nações podem ser amantes da paz que desejam, mas hão de viver, e como o commercio é necessario para a vida, para o fomentar hão de dirigir os seus esforços ainda que para isso tenham necessidade de lutar. Isto fez a França primeiro e mais tarde a Alemanha, antagonistas comerciais da Inglaterra, e o que peor foi ainda, rivais no mar.

Do mesmo modo que o Parlamento britânico foi a origem das instituições populares representativas, assim a marinha inglêsa pode considerar-se como a iniciadora de todas as esquadras do mundo.

O almirantado inglêz tem tido pouco que ver realmente com a construção da esquadra alemã, mas não é menos certo que o poder marítimo da Inglaterra foi quem inflamou a imaginação do Kaiser. A revista naval celebrada em Cowes em 1889, a que assistiu o Kaiser, devia sugerir ao então joven soberano, consciente do alto grau de eficacia alcançado já naquele tempo pelo seu exercito, que alguma coisa faltava á Alemanha para completar o seu poderio.

As condições de guerra naval haviam-se já trocado naquele tempo, mas a esquadra britânica mantinha-se fiel ao antigo regime.

O Kaiser esforçou-se sempre em fomentar o aumento da esquadra alemã, mas os seus desejos não ficaram satisfeitos a este respeito, senão quando um mestre em organização, von Tirpitz, foi designado para ocupar o Ministerio

da marinha em 1897. Politico admiravel e habil diplomata, soube vencer a opposição do Reichstag, que não só aprovou o seu primeiro orçamento naval mas apoiou o projecto por ele apresentado em 1900, pelo qual praticamente se duplicava o poder da esquadra alemã.

Poucos anos depois, em 1906, fez a sua aparição o Dreadnought, e os projectos de formação da esquadra foram modificados para introduzir neles a construção deste novo tipo de barco, deixando as Camaras ao Ministro da marinha completa liberdade para decidir sobre os modelos mais convenientes, sem outra limitação que o numero de unidades que se tinham de construir.

Em continuação veio o programa naval de 1912 creando uma terceira esquadra de 8 couraçados e aumentando o pessoal de marinha em 15:000 homens, entre officiaes e tripulações.

Em 1898 o numero de unidades da esquadra alemã ascendia só a 14 couraçados (dos quais metade eram barcos de 3.<sup>a</sup> classe), 18 guarda-costas, 13 cruzadores (20 dreadnoughts), 15 grandes cruzadores-couraçados, 39 cruzadores protegidos, 186 torpedeiros e destroyers e 24 submarinos, com um pessoal de 75:000 homens. Quer dizer, em 16 anos não só aumentou a Alemanha consideravelmente a sua esquadra, mas obrigou outras potencias a organizar e instruir as suas esquadras até as fazer alcançar um tal grau de eficacia que nunca tinha sido conhecido por nenhuma delas.

A Alemanha com o seu sistema de serviço obrigatorio, pôde encontrar os homens de que carecia.

A Inglaterra, em compensação, com o voluntariado, tem lutado com grandes dificuldades. E em 16 anos nada mais tem construido e organizado que três esquadras, duas delas compostas exclusivamente de dreadnoughts, e a 3.<sup>a</sup> de barcos tipo «Deutschland». A cada uma destas esquadras vão affectas uma esquadra completa de cruzadores-couraçados, pequenos cruzadores auxiliares de todas as especies e numerosas flotilhas de destroyers e submarinos.

Como se vê, uma esquadra formidavel que contava, em tempo de paz, com cerca das quatro quintas partes das suas dotações.

Os sacrificios e o esforço gigantesco que isto supõe, poder-se-hão apreciar melhor ao recordar que esta mesma esquadra exigiu a construção de estaleiros, cuja preparação levou mais de 4 anos; instruiu as tripulações com os seus officiaes, que respectivamente exigem 3 a 7 anos de pratica constante, e construiu os proprios barcos, coisa que se não faz em menos de 4 anos, tratando-se de grandes unidades e de 18 meses, no minimo, se fôr de menor tonelagem.

Para fazer face á competencia alemã a Inglaterra teve que substituir o antigo principio de dupla quilha pelo de duas quilhas contra uma, em toda a especie de navios, com excepção só dos dreadnoughts. Assim, pois, a Inglaterra dispõe hoje de 4 esquadras de combate, constituídas por 28 dos melhores e mais modernos couraçados, cruzadores e destroyers, e uma esquadra de couraçados de 4 unidades com 13 cruzadores-couraçados, cruzadores ligeiros e canhoneiras draga-minas. Tudo isto constitue a primeira esquadra.

A segunda é composta de duas esquadras de 15 dreadnoughts, com cruzadores e uma esquadrilha de 7 barcos lança-minas. A terceira consta de 14 couraçados e uns 30 cruzadores. E, aparte todas elas, possui 10 flotilhas de torpedeiros e 7 de submarinos. Parte destas ultimas unidades estão constan-

temente patrulhando a costa oriental das ilhas britannicas, entre as costas de França e as ilhas Feroe. A primeira e segunda esquadra estavam sempre dispostas, mesmo em tempo de paz, para qualquer eventualidade; em compensação a terceira só tinha a bordo o pessoal necessario para a tripular, completando-se o resto uma vez ordenada a mobilização.

Independentemente destas esquadras, existem alem da chamada esquadra do Mediterraneo, composta de três couraçados, destroyers e submarinos, a esquadra das Índias orientais, a da China, etc.

A potencia total da esquadra de guerra britannica vem a ser dupla da alemã, mas ao passo que os navios ingleses estão distribuidos por todo o mundo, a Alemanha tem quasi todas as suas forças reunidas no mar do Norte e no Baltico.

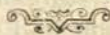
Em 31 de março de 1914, o pessoal da marinha britannica compunha-se de 146:000 officiaes e tripulação, 26:000 homens da esquadra de reserva, uns 28:000 de reserva naval, reservas de voluntarios e esquadra australiana. No total uns 220 mil homens.

Ao romperem-se as hostilidades, a marinha inglesa tinha que fazer frente a quatro especies de perigos distintos: o de ser surpreendida antes de estar disposta para o combate, que era o maior de todos; o de não deixar sair os navios inimigos que podessem ir impedir as carreiras de navegação commerciaes; o perigo das minas, e o dos submarinos. A precaver-se contra todos eles dedicou até agora todos os seus esforços, com os resultados que todo o mundo conhece.

O que no futuro porventura ocorra, depende, naturalmente, do que seja a esquadra alemã. Enquanto esta permanecer intacta, está de pé a ameaça ao poder naval britannico.

Mas, até ao presente, os caminhos seguidos pelos navios commerciaes estão sob o dominio inglês, a esquadra inimiga engarrafada, o seu commercio absolutamente paralisado e a supremacia maritima da banda da Grã Bretanha, sem que ninguem a possa disputar.

(Do *International Military Digests*, n.º 4).



# BIBLIOGRAFIA

## I — LIVROS

### Espanha

- 1 ALEN, (Manuel Lorenzo), Subintendente militar de segunda clase, ex-Profesor de la Academia de Intendencia. — *Manual para las clases de tropa de Intendencia del Ejército*. — Tomo II. — 1915. — Precio, 2'50 pesetas.
- 2 PORTFOLIO — *Crónica de las fiestas celebradas en el mes de octubre de 1915 por el cuerpo y tropas de Intendencia del Ejército, con motivo de la consagración de su patronato en la inclita doctora Santa Teresa de Jesus*. Redactado por D. Manuel Piquer, subintendente militar de primera clase. Un tomo de 89 páginas y varias fotografías intercaladas en el texto. Madrid, 1915.
- 3 PEREZ (D. Antonio Garcia) comandante. — *El Patronato de la Inmaculada en la Infanteria Española*. Prologo de D. Ricardo León. Un folleto de 30 páginas. Precio, 25 céntimos.
- 4 GUERRERO, (J. G.) *Correspondiente de la Real Academia Hispano-americana*. — *La guerra europea mirada por un sudamericano*. Impreso por la Deutsche Verlagsanstalt, de Stuttgart. Cuadernos 3.º y 4.º
- 5 WITTMAN, (Dr. Ricardo) médico mayor del ejército bávaro. — *El servicio sanitario en la guerra futura*. Traducido del alemán por D. Lucas Cebreiros, capitán de Estado Mayor, con un prólogo de D. Anacleto Cabeza, subinspector médico de segunda clase. Un tomo de 168 páginas, con tres croquis y diez fotograbados. Imprenta de V. Rico, Madrid, 1915. Precio, 2 pesetas.

### França

- 1 LENIENT (E.). — *La solution des énigmes de Waterloo*. — Paris, Librairie Plon-Nourrit et C., Imprimeurs-Editeurs, 1915. Prix Fr. 12
- 2 BABIN (Gustave) — *La bataille de la Marne (6-12 septembre 1914) — Esquisse d'un tableau d'ensemble*. — Avec 9 cartes. — Paris, Plon-Nourrit et Cie, Imprimeurs-Editeurs, 1915. Prix Fr. 2

### Inglaterra

- 1 *Government Publications* :

MILITARY. *Army Service Corps Training*. Part 1. (Reprinted, with Amendments, 1915) 9d

- Equipment of the Army. Regulations* Part 2. — Section XI (c). (Regular Army.) Field Artillery with Q.F. 4.5-inch Howitzer Equipment *9d*  
*Magazines and Care of War Material, Regulations, 1913.* Amendments *1d*  
*Vickers Machine Gun, Handbook.* Amendments *1d*
- ADMIRALTY. *Sailing Directions for the West Coasts of Central America and the United States.* 2nd ed. Revised Supplement (2) *Corrected to April 20, 1915. Gratis to purchasers of Sailing Directions for the West Coasts of Central America, &c.*
- BOARD OF TRADE. *Handbooks of London Trades: Vehicle Making and Miscellaneous Metal Trades* *2d*
- Royal Navy List; or, Who's Who in the Navy.* 2nd ed. Special War Supplement brought up to date. Royal 8vo, pp. 312. *Witherby* net 7/6
- Taylor* (Brigadier-General A. W.) *How to Organize and Administer a Battalion.* 12mo, pp. 58. *Hugh Rees.* net 1/
- 2 BESANT (A.) *War Articles and Notes.* 12mo, pp. 134. *Theosophical Pub. Co.* net 1/
- 3 BURNELL (F. S.) *Australia versus Germany.* The Story of the Taking of German New Guinea. Cr. 8vo, pp. 254. *Allen & Unwin* net 3/6
- 4 DALWICK (R. E. R.) *Togo and its Occupation Stamps.* 12mo, pp. 42. «Stamp Collecting» Office net 6d
- 5 FLEET ANNUAL (The) and *Naval Year Book, 1915.* 4to. «The Fleet» swd, net 1/; 2/6
- 6 GIBBS (Philip) *The Soul of the War.* 8vo, pp. 368. *Heinemann* net 7/6
- 7 MILLARD (T. F.) *The Great War in the Far East.* 8vo, pp. 109. *Mercantile Printing Co.* (Shanghai) 50c.
- 8 MULLER (J. P.) *My Army and Navy System of Free Standing Exercises.* Illustrated. 8vo, bds., pp. 96. *Ewart, Seymour* net 2/6
- 8 *Navy and Army Illustrated.* Vol. 3, New Series. Folio. *Newnes* net 7/6
- 9 *Regulations for Volunteer Training Corps.* Official Notices issued by the Central Association, War Office Communications, &c. 12mo, pp. 58. *Clerkenwell Press.* net 6d
- 10 JEPHSON (Lady) *A War Time Journal: Germany, 1914, and German Travel Notes.* Imp. 16mo, pp. 100. *E. Mathews* net 2/6
- 11 LEE'S *Dispatches: Unpublished Letters of General Robert E. Lee to Jefferson Davis, &c. From the Private Collection of Wymberley Jones de Renne.* 8vo. *Putnams* net 16/
- 12 RANK at a *Glance in the Army and Navy,* with over 300 Badges, &c., including Air Services, R.N.R., R.N.V.R., R. M., &c. With descriptive letterpress. Cr. 8vo, swd., pp. 48. *G. Philip & Son* net 1/
- 13 ROUX (Xavier) *L'ame de Nos Soldats d'après Leurs actes et leurs lettres.* Troisième ed. Cr. 8vo, swd., pp. 248. *H. Le Soudier.*
- 14 «TIMES» *History of the War* (The) Vol. 3. Medium 4to, pp. 523, and map. «Times» net 21/
- 15 TUCKER (A. B.) *(The Battle Glory of Canada.* Being the Story of the Canadians at the Front, including the *Battle of Ypres.* Cr. 8vo, swd., pp. 180. *Cassell.* net 1/

- 16 WALKER (F. W.) *The Great Deeds of the Seaforth Highlanders.* (The Wayfarer's Library.) Cr. 8vo, pp. 176. Dent net 1/  
 17 HUGHES (A. J.) *The Book of the Sextant with Ancient and Modern Instruments of Navigation.* Cr. 8vo, pp. 71. Brown & Son net 2/6  
 18 JUTSUM (Captain) *Knots, Bends, Splices.* With Tables of Strengths of Ropes, &c., and Wire Rigging. Revised and enlarged. 12mo, swd. Brown & Son net 6d  
 19 CHOOSING KIT. *A Guide to Active Service Requirements.* By the Author of «Choosing Kit,» in «Land and Water.» Cr. 8vo, swd., pp. 96. Mc-Bride net 1/

## II — PERIODICOS

### Portugal

- 1 *Boletim administração militar*, n.º 1 e 2 de janeiro e fevereiro de 1916. Duas palavras preliminares. Finanças de guerra. O automobilismo nos serviços do exercito. A missão dos officiaes da administração militar. Alimentação da cavalaria de descoberta. Fiscalisação administrativa. A conta modelo B. Resolução de duvidas administrativas. Ensaio de resistencia das côres num tecido. Crónicas administrativas. Produção de cereais e legumes. Tropas de administração militar; seu recrutamento. Serviços administrativos em campanha; revisão de regulamentos. Noticia historica do pessoal e serviços da administração militar em Portugal. Mobilisação de serviços administrativos. Alimentação das tropas francesas. Noções sumarias sobre pacificação. Reconhecimento do tinto em tecido de lã e algodão. Sinopse de legislação. Movimento do pessoal do serviço de administração militar.
- 2 *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, n.º 7 e 10, de julho e outubro de 1916. Sessão comemorativa do Quinto Centenario da tomada de Ceuta. La colonisation du Plateau sud d'Angola. Protecção e assistencia ás populações indigenas da provincia de Angola. Caminho de ferro de Moçambique e recursos que oferece o norte desta provincia. Subsídios para a Historia militar e da occupação da provincia da Guiné. Memorias d'Africa. Ideias, factos e homens.
- 2 *O Instituto*, n.º 1 de janeiro de 1916. Boletim do Instituto. Sobre um electrómetro de folha de ouro. Historia da instituição da Santa Ordem de Cavalaria e das ordens militares em Portugal. Astro-fisica. O Fausto de Goethe. Memorias de Carnide. Memorias archeologico-historicas do distrito de Bragança.
- 4 *Revista de artilharia*, n.º 139 de janeiro de 1916. Abacos de tiro. Estudos sobre defeza das costas. Retalhos da guerra. A guerra europeia — Diario da guerra. Variedades.
- 5 *Revista de medicina veterinaria*, n.º 166 de dezembro de 1915. Nota sobre a sarcosporidiose bovina. Aproveitamento dos salgados do Algarve pela exploração do gado lanigero. Informaçoes.
- 6 *Revista dos sargentos portuguezes*, n.º 2 e 3 de janeiro e fevereiro. Recrutadas. 1891 — (Revolução de 31 de janeiro). Promoções nas colonias.

Monte-pio para sargentos e equiparados. Problemas tacticos. Profilaxia da febre tifoide em campanha. Agentes de ligação. Sentido! Gloriosa data. O 31 de janeiro. A quinzena politica, Reforma dos sargentos. Sejamos solidarios. Verificação de contas da reorganização da armada. Sargentos e praças da armada. Regulamento das aulas regimentais. Serviço de saude do exercito. Reorganização — Fornecimento de medicamentos. Circular dirigida aos comandos das Divisões do exercito. Melindres. A estatua da Republica. Além mar. O caminho de ferro nos serviços de mobilização e concentração francesa. Artifices do exercito e ferradores. Ling e a educação fisica. Auxilio extraordinario. Tratamento nas residencias. Lei orçamental de guerra. Ordem do exercito. Pensões de sangue e a pescadores invalidos. Datas memoraveis. Serviços de secretaria no exercito francês. Fisica recreativa. Musa ironica. Notas parlamentares. Bibliografia. Perdas navais.

### **Brazil**

- 1 *Revista maritima brasileira*, n.º 5 e 5 de novembro e dezembro de 1915. A escola naval de guerra, seus objectivos e methodos de ensino. Marinha de pesca e marinha de porto. Usos dos canhões e probabilidades de tiro. Pro-submarino. Um resumo historico da radio-telegrafia. Os acontecimentos navais.

### **Espanha**

- 1 *Informacion militar del extranjero*, n.º 1 de janeiro de 1916. Un viejo articulo. El valor de la sorpresa en la guerra. Valor estrategico de la fortificacion permanente. La reorganisation de la artilleria de campaña en los Estados-Unidos.
- 2 *Revista de caballeria*, n.º de fevereiro de 1916. La guerra actual. Los combates de Cutry y Longuayon. Crónica de las acciones de la Caballeria en la guerra de las naciones. Projecto de ley orgánica militar. La retirada de Rusia.

### **Italia**

- 1 *Rivista de cavalleria*, n.º de fevereiro de 1916. Forze numerica degli ufficiali dell'Arma di cavalleria. Da un mose all'otro. Il nostro domani. Appunti sull'impiego della cavalleria nella guerra attuale. Insegnamenti della guerra. Il nuovo metodo di malleinamento.

### **Mexico**

- 1 *Boletin de ingenieros*, n.º 4 de janeiro de 1916. Proyecto de defensa del Ferro-carril mexicano. Otra vez algo sobre el problema militar. Apuntes acerca del movimiento de los proyectiles. Los errores en las ciencias de experimentación. Estereo-topografia. Estudio sobre bases topograficas. Diversos: Las verdaderas causas. Reorganización de las Escuelas militares.

## Perú

- 1 *Boletín del Ministerio de guerra y marina*, n.º 15 e 16 de agosto de 1915. Conferencias dadas en la Academia de Estado mayor (1.º de Ingeniería y Fortificación, 2.º de Infantería, 3.º de Caballería). Conferencias (sobre metraladoras) dadas en la Escuela militar. La guerra en montaña. Acontecimientos americanos, etc.

## Roumania

- 1 *Romania militara*, n.º de outubro e novembro de 1915. Cronica — Rasboinul european. Educatia militara. — Defecte de educatiune. Observatiuni si invataminte asupra «Rasboinului cal mare 1914-1915». Se face lumina. — Dupa un an de rasboin. Chestiuni de actualitate. Din rasboiul european — Rezumatul operatumilor armatei Belgiene. Cavaleria dupa generalul sef de stat-major Baronul de Jomini. Formatiunile cavaleriei Detazamentele de Ski — Rolul si importanta lor in rasboaele trecutului si in cel actual.